Ata Reunião Ordinária do dia 22 de Fevereiro de 2017

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora-MG realizada em 22 de Fevereiro de 2017 (quarta-feira) em primeira chamada às 18h30min, em segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselho Municipal de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e deliberação das atas de: 23/11, 24/11, 21/12, 22/12/16 e 25/01/17. 3) Abertura da palavra ao público. 4) Discussão e deliberação da(s) Matéria(s): 4.1) - Construção da nova Unidade de Saúde do Bairro Progresso, em área cedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, situada à Rua José Antônio Benhame, nº 135 - Bairro Progresso/JF. Propositor: CLS Progresso - Marildo Avemédio (Presidente). 4.2) - Recusa dos Hospitais em emitir AIH, para realização de cirurgia eletivas, vinculando a emissão à agenda médica. Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS. Expositor: Vitor Monteiro - SSR/SS; Sydney Castro - DADT/SSR; HU/Santa Casa/HMTJ/João Penido/ João Felício. 4.3) - Habilitação em Centro de Referência em Cardiologia de Alta Complexidade - Instituto Clínico JF. Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS. Expositor: Oleg Abramov - SRS/JF; Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - SS; Vitor Monteiro/SSR/SS. Convidado: Instituto Clínico. 4.4) - Ingresso no Pro-Hosp Instituto Clínico Juiz de Fora. Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS. Expositor: Oleg Abramov - SRS/JF; Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - SS; Vitor Monteiro/SSR/SS. Convidado: Instituto Clínico Juiz de Fora. 4.5) - Habilitação Hospital-Dia ASCOMCER. Propositor: Jorge Ramos - Secretário Executivo/CMS. Expositor: Oleg Abramov - SRS/JF; Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - SS; Vitor Monteiro/SSR/SS. Convidado: Hospital ASCOMCER. 5) Leitura Expediente: 5.1) - Mesa Diretora. 5.2) - Ouvidoria. 5.3) - Secretaria Executiva. 5.4) - Comissão de Recursos e outras. **Deliberações CMS 22/02/17: 1) Aprovadas atas: 23 e 24/11/16, 21 e 22/12/16 e 25/01/17. 2) Aprovado a cessão do terreno, pertencente ao Estado de Minas Gerais, situado à Rua José Antônio Benhame, 135 Bairro Progresso, para fins de instalação de uma Unidade de Saúde (UAPS), Bairro Progresso. 2.1) Os recursos para a construção da nova Unidade de Saúde serão objeto de captação. 2.2) A construção da nova unidade observará a ordem de deliberações do pleno do CMS, quanto as de construções de UAPS; Res: 469/2017. 3) Recusa dos hospitais quanto a emissão de AIH. 3.1) A Secretaria de Saúde, editará portaria, regulamentando a obrigatoriedade de emissão da AIH, pelos prestados. 3.2) A Secretaria de Saúde, convocará reunião com os prestadores/CMS, para regulamentar o processo. 4) Habilitação em Centro de Referência em Cardiologia de Alta Complexidade - Instituto Clínico Juiz de Fora. Deliberação: Recomendar a Secretária de Saúde, para suspender a transmissão do processo junto ao Estado de Minas/SES/MG - SRS/JF, e iniciar discussão conjunta com CMS/SRS/SS/Prestador. 5) Ingresso no Pro-Hosp Instituto Clínico Juiz de Fora. Deliberação: Recomendar á Secretária de Saúde, para suspender a tramitação do processo junto ao Governo do Estado de MG, SES/SRS - JF. E iniciar discussão conjunta com CMS/SRS/SS/Prestador. 6) Habilitação ASCOMCER Hospital dia. 6.1) Discutir com CMS/SRS/SS/Prestador. 6.2) Pautar para março/2017. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Senhores conselheiros boa noite. Havendo quorum regimental nós vamos dar início à reunião, eu vou passar a palavra para o Jorge que vai fazer algumas justificativas, então eu vou trocar aqui eu vou passar a palavra para Sandra ela quer falar com vocês, fique a vontade Sandra. **Com a palavra Sandra Aparecida (SE):** Boa noite a todos. Eu vim aqui me despedir de vocês, depois desses quase 15 anos de Conselho ou menos um pouco eu venho me despedir de vocês porque como vocês sabem meu trabalho lá na Secretaria é imenso, eu cuido de 44.000 alunos, estou com novas frentes de trabalho, novas ideias, e aí eu achei por bem e até aconselhada pela minha Secretária de me dedicar mais tempo lá para as minhas crianças que precisam muito de mim, então eu desejo a todos vocês muita saúde, muita paz, eu dei a cada um aí um marcador de livros com uma coruja que é o símbolo da sabedoria, o símbolo da pedagogia, que o senhor Deus possa abençoar a todos vocês com muito discernimento, saúde e paz, muito obrigada por tudo e desculpa alguma coisa. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Em nome do Conselho eu vou agradecer a Sandra que esteve com a gente aqui esses anos todos e sempre foi uma pessoa muito ativa nesse Conselho fazendo parte de comissões, Comissão de Conferência, de eleição, então eu quero te dizer Sandra que o nosso trabalho não é em vão e que nem tudo termina aqui nesse momento, nós não estamos no Rio onde a água passa e foi, às coisas voltam e eu acredito muito nisso, que o seu trabalho lá seja bom também e que você fique feliz com o que você está fazendo mais acredito que você vai fazer muita falta aqui nesse Conselho também, obrigada por tudo. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Boa noite. Sandra eu também queria complementar enquanto Ouvidora, amiga, parceira, conselheira, eu queria complementar a fala da Presidente dizer que você foi uma pessoa muito ativa e que nós com certeza aqui nesse plenário desejamos que você tenha só sucesso no seu trabalho porque competência e compromisso você tem, obrigada por tudo que você fez aqui no Conselho, por todo trabalho, dedicação, e que nunca serão esquecidos. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu vou colocar em aprovação a ata do dia 23/11, 24/11, 21/12, 22/12, 25 de janeiro de 2017, quem concordar com as atas favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. Agora eu vou passar aqui para o Jorge. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite. Eu queria pedir um pouco de paciência porque tem muita informação, muito documento, a Elza do SINTSPREV e o Pedro estão agarrados aí nesse trânsito por isso que a gente tem que ter um pouco de tolerância. Justificar a ausência da Maria Elena Barcelar, do Superintendente da Regional de Saúde Oleg Abramov na reunião de hoje. Foi encaminhado um ofício para o Dr. Sérgio que está aqui representando o Hospital Universitário não na condição de conselheiro, mas em função do segundo ponto de pauta Regina após a discussão da Unidade Progresso. Justificar a ausência da Sônia Maria Dias, do Vanderli, da Dona Aparecida porque o filho dela faleceu o Eneias na semana passada, a Luciléia justificar ausência, e nós teremos a representação aqui como eu já disse do Dr. Sérgio do HU. E a Graça da Região 7 está pedindo por um tempo o afastamento do Conselho Local do Monto Castelo da Região 7 e como suplente do Conselho Municipal de Saúde por três meses devido a tratamento da sua enfermidade, e o Hospital João Penido não tem conosco mais a figura do

Dr. Renê, o Dr. Renê foi substituído pelo Daniel Ortiz que foi gestor da EM CASA na administração do Custódio, então o Dr. Renê deixou aqui e eu queria pedir licença a Mesa para deixar registrado aqui o inteiro teor do documento dele. Pode ser? Direção Renê Gomes de Matos ao Conselho Municipal de Saúde, prezados senhores após dois anos dirigindo o Hospital Regional João Penido encerra-se o tempo de responder pela sua administração, não devo e não posso sair sem minifestar o agradecimento aos entes e pessoas que contribuíram para que pudéssemos ser um pouco mais eficazes, ao Conselho Municipal de Saúde o meu agradecimento pela parceria e a minha afirmação de que vários dos projetos que conseguimos realizar se deve ao trabalho coletivo, quero também nesse momento de despedida manifestar em meu nome mais também em nome de todo grupo da direção do Hospital Regional João Penido o nosso agradecimento por tudo que construímos juntos em termo de saúde pública e de direito do cidadão todo apoio ao SUS, com reconhecimento Renê Gomes Gonçalves de Matos, eu gostaria de uma salva de palmas para o Dr. Renê. Eu quero Mesa só deixar registrado a situação das comissões, com a saída o governo tem a livre iniciativa de substituir os seus representantes assim como as entidades, regiões, e com a saída da Sandra nós teremos que fazer algumas recomposições, mais quero deixar aqui registrado porque não é de hoje que nós estamos pedindo para que as comissões sejam recompostas, nós corremos sérios riscos desse Conselho se inviabilizar, então não serei eu enquanto Secretário Executivo e acredito também que a Mesa responsabilizados por isso, o Plano Municipal de Saúde indicar um prestador e definir os cargos e substituir o Reginaldo da LIXARTE, o Hospital Zona Norte indicar o governo e definir cargos e substituir a Goretti segmento governo, o Comitê de Ética e Pesquisa Santa Casa substituir o Jorge, eu estou pedindo para sair Regina porque eu estou sendo ausente Drª Eunice e aquilo que a gente não consegue participar é melhor a gente evitar então eu estou pedindo, eu entrei naquele momento por causa da saída da Clarisse para não dar o vazio mais não estou comparecendo, sou usuário. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Na reunião de terça-feira que eu fui eles já vão pedir porque têm que mandar eu acho que a cada dois anos, eles já vão pedir para estar indicando ou reindicando, aí você faz. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Mais de qualquer maneira o tempo deles não é o nosso, nós temos um mandato uma vez eleito o nosso curso é diferente do Comitê, então como eu não estou sendo frequente, não estou conseguindo, eu prefiro pedir para sair mais vamos esperar então chegar o documento que aí a gente indica outro, a Comissão de Recursos substituir a Goretti segmento governo, Saúde do Trabalhador já antecipando com a saída da Sandra substituir a Sandra e o Lauro, eu estou aqui numa dúvida porque o Lauro também ele deixou a Comissão de Saúde do Trabalhador pelo fato dele ter deixado o Conselho e não entrou ninguém do segmento usuário, a Comissão de Normas substituir a Sandra governo, Comissão de Ouvidoria substituir o Lauro e o Robson que é da Região 2, Saúde da População Negra substituir o Reginaldo, Vigilância em Saúde substituir a Sandra, Comissão Interna Integrada CAS SUS. Você deixou a comissão Agustinho? Me ajuda aí porque eu fiquei numa dúvida, aquela comissão que faz a discussão sobre as obras integradas do Centro de Atenção a Saúde com o novo hospital. Você deixou também? Então substituir o Agustinho, o Comitê de Ética e Pesquisa do Oncológico substituir o Robson da Região 2, da Fundação HU o Conselho Curador, a Fundação HU não há mais justificativa desse Conselho permanecer porque a Fundação HU ela perdeu o objeto dela até de administração do Hospital Universitário, nós tínhamos uma referência e um vínculo com a fundação em função dela estar gestando o Hospital Universitário então nós não temos mais nenhuma ligação a fundação, inclusive o seu objeto não será gestão de mão de obra pelo menos o que foi falado, o Comitê de Ética e Pesquisa da SES substituir o Reginaldo, Pró-Saúde o Valdir, o Pró-Saúde está meio desativado mais substituir o Valdir do Sindicato dos Odontólogos profissional de saúde, o Programa de Reciclagem é uma lei 12.771 e que ela não avançou também, é uma lei municipal que tem que substituir o Reginaldo. Aí uma hora nós vamos ter que sentar com a administração Mesa porque não dá para a gente ficar aqui, nós encaminhamos as nossas demandas, eu não sei se às vezes pararam, eu fiz um cata hoje de cadeira, o Conselho está quebrando as cadeiras, o Conselho está ficando sem estrutura, e a Prefeitura só responde que não tem dinheiro, que não pode. Vai ser que dia que isso vai acontecer? O Dr. Márcio Itaboray eu vi ele por aí, eu acho que você podia convidar o Márcio porque ele é Secretário Adjunto, não fez ainda a substituição mais eu acho que participar da Mesa Márcio sente-se aqui e é bom que você já vai aprendendo, desculpa o Marcinho mais ele foi gestor do João Penido há muitos anos e a gente se conhece, mas quer dizer nós temos uma copiadora aqui que ela não atende as necessidades do Conselho, a Prefeitura foi lá e fez um lote e comprou para todo mundo sem ouvir todo mundo, aí quando você chega aqui para reproduzir uma cópia do livro eles tem que fazer mágica, eu pedi para trocar "Não pode porque tem um processo de chamada pública que tem que ser coletivo", o Conselho não existe, então está aqui. Vamos falar do lanche, a gente sai do trabalho e eu não a gente trabalha aqui mais eu também, a gente sai daqui, vocês saíram, outro dia o Zé Laerte chegou aqui passando mal pedindo alguma coisa para comer, e a Prefeitura não é capaz e aí o Comitê Gestor foi lá e indeferiu, então se o Comitê Gestor entende que o Conselho não tem que ter um tratamento, e o decreto que faz essa proposta do Comitê Gestor ele tem que ter um olhar diferenciado, amanhã Dr. Márcio Itaboray nós teremos uma pauta aqui com relação à participação dos profissionais nos Conselhos de Saúde, se a Secretaria não resolver a coisa vai ser muito mais séria do que a Prefeitura pensa, os Conselhos de Direito da Criança, da Assistência se reúnem durante o dia, nós somos a exceção que reunimos a noite então indeferiram o lancha também, estava tudo certo e cortou, negociamos com o rapaz para baixar o preço para ficar dentro da previsão orçamentária e indeferiu, eu acho que a reciprocidade não está havendo. **Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos):** Nós vamos discutir amanhã que seria a participação dos profissionais nas reuniões de Conselho. Não tem posição definida a Prefeitura ainda? Então por que nós vamos colocar isso na pauta? **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Dr. Gilson eu só fiz a provocação porque na realidade eu acabei de receber um documento da SARH mais isso foi um posicionamento que a SARH dizendo que amanhã ela não estará presente, mas há um convite também ao Procurador Geral o Dr. Edgar que esteve conosco, e o Alexei me

antecipou que eles estão fazendo um estudo há alguns anos e não consegue fazer o estudo porque a situação tem que se aplicar aos demais conselheiros dos demais conselhos de direito, só que ele não consegue entender de que nós nos reunimos à noite, os Conselhos Locais se reúnem a noite, o Conselho Regional, esse plenário duas vezes, nós somos diferentes dos demais conselhos, então como é pauta de amanhã eu tenho a esperança que o Dr. Edgar. Nós vamos passar a ter um problema maior do que já temos a partir de um determinado momento, a Comissão Intergestora Tripartite mudou a forma de financiamento de custeio e capital, ou seja, no passado nós tínhamos as caixinhas os mais antigos seis, mulher, idoso, atenção primária, agora reduziram para custeio e investimento e aí quando isso cai lá no bolo e a informação para nós ela é bem difícil de chegar vai ficar muito mais difícil se a gente não buscar Dr. Márcio uma parceira de informação porque eu vou ter que pedir uma pauta aí, a relação do investimento de saúde bucal e não se aplicou o recurso da saúde bucal, o relatório quadrimestral não mostra isso e o relatório quadrimestral tinha que demonstrar que isso não houve movimentação no recurso do CEO, então para nós que não temos a nossa consultoria a nossa assessoria jurídica contábil financeira vai ficar muito mais difícil de você tentar aprovar qualquer relatório anual de gestão, é a resolução CIT nº 10. Meus amigos nós temos outro problema, o Conselho Nacional de Saúde falou que não mais teríamos conferências temáticas aí ele usa a Conferência Nacional, a Macro Conferência, e aí agora ele sai com três conferências temáticas numa escassez de recurso que nem ele sabe o que vão fazer, e não define se essas conferências serão conferências de âmbito municipal ou será de macro, se for macro responsabilidade do Estado e se for municipal responsabilidade do Município financiamento municipal, então nós teremos aí convocada a Conferência Saúde da Mulher, a Conferência em Vigilância em Saúde e agora uma Conferência em Comunicação, deve ter muito dinheiro no Ministério porque uma conferência lá não fica muito barato, a Conferência de Saúde ela está aqui no nosso rol e eu vou chegar lá. O que ocorre? No primeiro ano de governo independentemente de você ter o tempo de quatro anos da conferência, mas no primeiro ano de governo você tem que fazer a Conferência Municipal para que ela seja à base dos instrumentos de planejamento, e aí vem o PPA, vem aquela série de instrumentos. Como fazer? Em que tempo fazer? Com que recurso fazer? E até já falei isso com a Beth. Há outro questionamento que eu gostaria que o Thiago estivesse aqui mais Dr. Márcio é importante, primeiro é o seguinte o Bruno como Prefeito assinou uma resolução e ele reconheceu a homologação e ele validou inclusive a homologação, de que qualquer emenda parlamentar que ela não tenha o seu objeto definido ela tem que ter a aprovação desse plenário, e na época nós fizemos uma solicitação através do Adilson que tem um conhecimento com o Deputado Mário Heringer, nós fizemos uma provocação e até havia um destino em primeiro momento para a Unidade Jardim da Lua mais não foi possível teve uma emenda de julho e enfim, você não pode ter duas emendas para o mesmo objeto, e aí sem nos ouvir e nós fizemos uma interferência está aqui o ofício dele e eu vou ler só o início “Excelência Senhor Bruno Siqueira Brasília 26 de dezembro, conforme o comunicado em 1º de março através do ofício 228 Mário Heringer, que em atendimento a solicitação do Senhor Jorge Ramos e Adilson Heringer”, ele atendeu as nossas solicitações de emenda assim como fizemos para vários deputados e poucos nos atenderam, a Margarida atendeu e outros, mas temos uns aí que nem respostas deram, e aí o Thiago faz um planejamento e eu já falei com ele e o Adilson acabou aceitando e compra 108 computadores. Será que é o computador que vai fazer melhorar a assistência? Será que nós não podíamos ter discutido? Assim como fizemos com várias emendas, assim como sentamos e discutimos a questão da emenda do Julho que foi um debate muito saudável aqui que houve um convencimento Dr. Márcio. E o que ocorre? 108 computadores, com toda sinceridade tem unidade que vai receber computador e que não tem nem telefone, então tem que ser discutido para a gente mostrar e falar “Aqui não está legal, aqui pode”. Aí tem outra discussão Regina, o Governo do Estado pela lei 22460 de 23 de dezembro de 2016 estabelece diretriz para atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado, quer dizer há um reconhecimento do Governo do Estado com relação àquela dúvida de comunidade terapêutica de como que é e como que não é, áreas onde os profissionais sofrem violência devem ser mapeados e é um trabalho interessante, mais um detalhe Juiz de Fora vai ganhar uma fábrica de mosquito geneticamente modificado mosquito da dengue, e a abertura de qualquer serviço no âmbito do Município de Juiz de Fora tem que ter a aprovação do Conselho Municipal de Saúde está lá no capítulo saúde no artigo 93 da Lei Orgânica Municipal e Juiz de Fora vai ganhar, assim como o Hospital da Unimed está sendo levantado, a SO, atividades urbanas, não se atentaram para o contido na Lei Orgânica do Município, assim como o Linus Pauling, mas a gente não dorme nós já notificamos, agora não vamos discutir tijolo. Qual é a contrapartida social? O Monte Sinai por provocação do conselheiro Guido a época fez uma contrapartida social faria 50% de Dom Bosco e acabou fazendo 100%. Então qual é a contrapartida desse empreendimento, desse impacto ambiental dentro do Município? Vamos chamar eles aqui, a fábrica de mosquito. Aí Dr. Gilson o senhor me perdoa porque nós recebemos um documento assinado aqui pelo senhor e pelo César com relação à questão da psiquiatria, e até já comentei com a Regina o negócio dos plantões está aqui, e aí foi criado não só mais também tem uma comissão que está fazendo um trabalho junto às comunidades terapêuticas, o Hemominas honra o mérito a Fundação Hemominas confere esse certificado ao Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora pelo apoio recebido em prol dos trabalhos realizados nos programas de doação de sangue, obrigado Natália em nome do Conselho. Eu queria Dr. Márcio e me comprometo até de encaminhar ao senhor como representante da Secretaria e Vitor, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Saúde, Fonte 10 Saúde, Vigilância Administrativa, subvenção de caráter social, assistencial, educacional e cultural no valor de R$ 339.259,20 onde está na conta do PAM AIDS, se é subvenção social tem que ter a aprovação do Conselho, essa movimentação orçamentária foi feita pela lei 13479 que não aconteceu, e aí senhores para vocês saberem o tamanho da responsabilidade que nós vamos ter em 2017, Plano Municipal de Saúde, Conferências Municipal, Mulher, Vigilância e Comunicação e eu já falei, Relatório Anual de Gestão 2014, 2015, 2016, Programação Anual de Saúde para 2018, Lei Diretriz Orçamentária para 2018, Lei Orçamentaria Anual para 2018, Eleições dos Conselhos Locais e Regionais e

Conselho Municipal e Plano Plurianual do Governo, eu falei numa ordem inversa. Acusar o recebimento aqui da ACISPES e da Fundação IMEPEN daquilo que a gente acordou do monitoramento dos seus trabalhos desenvolvidos, então é muito papel e é extenso. Agora eu precisava saber se há um acordo porque no dia 25 eu tive que deixar a plenária porque eu tinha um compromisso lá para encerrar o meu mandato no Sport e aí ficou uma dúvida, eu conversei com a Regina e eu conversei com a Samantha sobre o teor da discussão, e quando a gente fez aquelas reuniões no dia 09 e no dia 23 de janeiro ficaram acordados alguns pontos que deveriam fazer parte da deliberação do Conselho, e aí ficou uma dúvida no encaminhamento e eu já conversei com a Regina e conversei com a Samantha e nós precisamos esclarecer, porque quando eu fui ouvir a fita eu falei "Eu vou ouvir a gravação" porque é a gravação que vai dizer para nós o que é e o que não é, e aí o inteiro teor do que está aqui na resolução é o que está na gravação e se vocês quiserem ouvir Regina eu pedi o Eliezer para deixar aqui se quiser ouvir. Mas o que está aqui foi justamente o seguinte para a gente tentar clarear isso para acabar com essa dúvida, depois de tanta discussão o Conselho resolve artigo 1º aprovar o projeto de execução financeira do CEAE, o CEAE é um Centro Estadual de Atenção Especializada que se dá no primeiro semestre de 2017 validado pela Secretaria de Saúde de Juiz de Fora IMEPEN R$ 337.000 em números redondos, R$ 2.024.000, a ACISPES R$ 234.000 mensal, R$ 952.000 semestral, as metas assistenciais do ano de 2016 serão base para o primeiro semestre de 2017, isso foi o que nós tiramos. Segundo e talvez a polêmica esteja aqui, se o Conselho resolve se abster de manifestar sobre o projeto de execução financeira e assistencial referente ao ano de 2016, por não ter sido objeto de deliberação pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde antes de sua execução de 2016, é o plenário. Terceiro, o projeto de execução financeira e assistencial de 2017 será monitorado mensalmente pelo Conselho, através dessa documentação que está aqui que a gente precisa ver e falamos até da questão da Mesa e mais algumas comissões, pelo Conselho Municipal de Saúde, Secretaria de Saúde, Superintendência Regional de Saúde com a participação dos prestadores de serviço, então é um conjunto de pessoas para poder fazer. Artigo 4º, a Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora convocará representantes dos Conselhos Municipais de Saúde da região, 37, e o Secretário de Saúde para conscientizar da importância de se encaminhar os usuários para o centro de especialidade, me parece que até essa discussão ela já começou a ser feita, mas eu não fiz aquele ofício conforme acordado no conjunto da discussão porque ainda falta a assinatura a resolução pela Regina e a consequente homologação, então Regina se não houver mais dúvida com relação porque eu ouvi a fita a gente assinava e amanhã já encaminhava isso para Beth para ela homologar, se você quiser manifestar. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Quando o Jorge me chamou para assinar a resolução, ele pediu para eu vir assinar a resolução, eu li a resolução e argumentei com ele. O que aconteceu? Eu não me lembro direito se foram 9 ou se foram 10, um grupo de conselheiros que votou e que se absteve de votar, e teve 6 conselheiros inclusive eu que votei pela não aprovação por causa dos indicadores, então eu vou explicar para vocês qual que é o problema a abstenção não é voto, então o que vale no meu entendimento e de várias pessoas que é como se fosse o voto nulo, se absteve então você não votou, então o que valeu e o que contou são 6 votos, então os 6 votos não aprovaram e o que conta são os 6 votos. E aí qual foi a outra questão também? Porque a Beth se compromete de fazer o projeto. É isso? **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O projeto pela resolução SES, o projeto de execução financeira senhores tem que ser elaborado pelo gestor municipal, pelo fato de nós naquele momento não ter tempo Dr. Márcio para elaborar a execução financeira e a Luciana foi muito transparente e disse que não teria como fazer. O que nós fizemos? Nós pedimos a Beth Jucá que validasse aquele planejamento feito pelos prestadores onde o Estado se propunha acolher ou não, mas nós precisávamos que a Beth Jucá enquanto gestora validasse, então não foi objeto da resolução dizer, porque a obrigatoriedade da resolução da SES ela já está alí dizendo que caberá ao gestor municipal a elaboração do projeto de execução financeira, então isso é letra morta, não vamos colocar na resolução aquilo que é obrigação, nós criamos aqui mecanismo de momento de criar o monitoramento que não existia e que foi amplamente aceito por todos, então Regina eu acho e eu não sei se você concluiu perdão eu fui só esclarecer a questão do financeiro porque realmente ficou esse detalhe, mas a gente precisa dar um fim nisso até porque eu tenho uma solicitação da ACISPES e a IMEPEN também precisa desse documento, porque não é ata do Conselho que nós acabamos de aprovar mais essa resolução Dr. Márcio Itaboray com a homologação da Beth ela passa a ser signatária dos compromissos firmados por esse plenário. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Aí na ata do dia 25 eu queria deixar bem claro que a ata foi lavrada fidedigna do que foi falado aqui, não tem nada, estão lá os votos contrários e os votos que recusaram, então o que conta não é aquilo é igual abstenção, voto branco, voto nulo não conta, o que conta foi as pessoas que votaram que são 6 conselheiros, então eu falei com o Jorge "Não tem como, não foi isso que passou no plenário", eu falei assim "Jorge ouve a fita e depois a gente senta e vê o que a gente pode fazer" e é isso o que nós estamos fazendo aqui. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu só quero finalizar a minha fala Samantha, na realidade Regina a propositura feita na reunião do dia 23 que foi a final foi o seguinte para que vocês saibam, nós como não fomos chamados para discutir e para poder participar desse processo nós o Conselho esse pleno aqui votado diria o seguinte "Nós não vamos manifestar em cima da questão do projeto do ano de 2016 que é assistencial", então quando a gente coloca aqui que o plenário do Conselho em reunião ordinária no dia 25 resolve ele se abster de manifestar e está escrito aqui, aqui não está escrito de manifestar, eu não vou me posicionar, se hoje encaminhar uma votação aqui a votação é a seguinte o voto é favorável, contrário e abstenção personalíssimo, quando a gente pedir aqui uma votação você pode se abster e com declaração de voto e isso é o voto personalíssimo, o que a gente propôs foi que o plenário do Conselho não iria se manifestar em cima desse projeto de execução e nem assistencial, porque nós estamos dizendo "Como você não me chamou para discutir, não me chamou para construir. Por que agora eu tenho que validar?", e a partir do momento que você valida esse processo você é corresponsável no que há de vir, o Estado fez esse questionamento Dr. Márcio, então é só para ler assim Dr. Gilson que o Conselho no artigo 2º

esse plenário constituído no dia 25 ele se abstém de manifestar, ou seja, nós não vamos discutir esse assunto porque não é da nossa competência nesse momento, era só isso. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Boa noite. Presidente me permita discordar mais a votação apesar da confusão que foi gerada a votação foi muito clara, eu fiz o encaminhamento conforme o regimento me permite colocando para os conselheiros presentes a seguinte pergunta. Quem concorda com a posição do grupo, que inclusive a senhora estava presente, de se abster a votação do projeto orçamentário 2016? E a proposta era de se abster, então se foi colocado uma proposta para se abster é uma proposta e ela foi submetida a voto e ela teve votos não, sim e abstenções, então ela foi colocada em votação sim, e a senhora colocou em votação para a não aprovação que é outra votação, então teve 6 votos para não aprovar e teve 11 para se abster, então Jorge foi aprovação sim, foi votação sim, não houve essa interpretação de quem se absteve não votou, votaram para se abster e é meio confuso mais votaram para se abster que foi a proposta que o grupo inclusive que a Presidente estava presenta nas duas reuniões e concordou, encaminhamento dela nas duas reuniões, nas duas reuniões a senhora concordou com o encaminhamento e está aí a Adelina, a Sônia, todo mundo está aqui tem muitos conselheiros aqui presentes na palavra que não é só minha, tem muitos conselheiros presentes que estavam na reunião e que viram o posicionamento da senhora nesse encaminhamento. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu gostaria que alguém dissesse em que momento que ouviu da minha fala eu Regina dizer “Eu vou me abster”? Em que momento? Eu não falei isso, eu podia estar na reunião mais ninguém me ouviu falar isso. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Foi acordado sim, a partir do momento e nós somos bastante maduros, a partir do momento que você está num grupo igual aqui e que se coloca “A nossa decisão vai ser qual? Vai ser se abster?”, e todo mundo concorda com a cabeça que sim então é sim, se uma pessoa no grupo falasse “Eu não concordo” a gente iria considerar, mas não teve nenhuma pessoa que falou o contrário, todo mundo nas duas reuniões longas a tarde inteira concordaram com esses encaminhamentos, para a nossa surpresa no dia 25 e com todo direito dela ela teve essa proposta de não aprovar o relatório o projeto financeiro de 2016, direito dela, liberdade dela, mas o grupo inclusive com o aval dela e isso está registrado e tinha mais de 20 pessoas, eu não ia vir aqui para falar mentira e vocês me conhecem, e ninguém também é infantil de negar e tem conselheiros que estavam aqui, estava a Sônia, estava a Adelina, estava a Sandra, estava a Walconize. Todo mundo se lembra desse encaminhamento? “Então nós vamos nos abster? Vamos” e ninguém se opôs, se ninguém se opôs como diz lá na Câmara que fica como está e se fica como está, ou seja, está acatado, a partir do momento que teve a reunião aqui é legítimo que uma pessoa mude de opinião, agora falar que a votação ela foi de abstenção e não foi, ela foi clara e as 11 pessoas que votaram votou entendendo o que o grupo encaminhou que era pela abstenção do relatório 2016 o plano financeiro de 2016, então não houve confusão. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Senhores eu queria só pedir desculpas, para vocês entenderem que não é fácil resolver um problema de achar que eu estou com a razão e que o outro está sem a razão, eu quero só frisar que eu ouvi a fita e a fita está aqui no ponto, nós temos uma discussão de uma pauta pesadíssima, uma pauta polêmica, porque as coisas e nós fomos literalmente atropelados, esse Conselho mais uma vez foi desrespeitado, então nós gostaríamos de avançar. O que nós queremos? Qual é o mérito? O mérito é dizer que nós não vamos manifestar sobre o plano de execução financeira, e quando eu coloco que nós vamos se abster de falar alguma coisa, de dizer alguma coisa, de manifestar sobre aquilo, nós estamos simplesmente colocando a nossa posição, então o que está escrito alí Regina está sim claro é uma decisão, se foram 10, se foram 8, se foi 1, não importa, é a decisão de que o Conselho não se manifesta sobre isso, a palavra abster ela não quer dizer que é abstenção pessoal, é o plenário do Conselho e a votação ela foi feita e posso abrir a gravação aqui agora e que a plenária foi feita com o seguinte posicionamento “Nós não vamos nos manifestar”, se o problema é polêmico, não é polêmico, não tem dificuldade, se abster de manifestar sobre a execução financeira só isso, eu só preciso que assine a resolução para a gente encaminhar para Beth homologar e para o Estado poder validar o processo. Pode ser? **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** O nosso primeiro ponto de pauta é a construção da nova Unidade de Saúde do Bairro Progresso, área cedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais situado à Rua José Antônio, nº 135 - Bairro Progresso, CLS Progresso, Marumbi, com a palavra Marildo. **Com a palavra Marildo Avemédio (Presidente CLS Progresso):** Boa noite a todos. Em nome da conselheira Janice e o senhor Antônio eu agradeço a presença de estar me acompanhando nessa luta, nessa empreitada, e estar comigo nessa reunião de hoje, comprimento a todos em nome deles que até então estão aqui e eles não estão entendendo muito o que acontece porque é a primeira reunião deles, mais é isso mesmo e nós estamos aqui para lutar pela saúde do povo de Juiz de Fora que são 500.000 ou 600.000 habitantes, esse é o nosso compromisso e somos voluntários nessa luta. Eu vou falar agora do projeto do posto de saúde do Progresso, foi feito um pedido de informação em setembro de 2015 a Vereadora Ana na qual ela levou o Prefeito Bruno Siqueira para conhecer a área lá no Bairro Progresso que é abaixo da Escola Antônio Alves Teixeiras, então o que a Vereadora fez foi um pedido de informação, então ela mandou um ofício para o Subsecretário Thiago Horta que encaminhou para o Oleg Superintendente de Saúde e ele respondeu que era viável usar essa área para o posto de saúde, então seguindo esse entendimento o Thiago mandou o documento para a Fernanda Cristina da Superintendência de Educação, ela é favorável à doação desse terreno e isso foi em 23 de setembro de 2015. Quando houve a eleição nós tomamos posse logo depois e eu peguei esse documento com o Thiago ele passou para mim, então nós passamos a trabalhar esse documento e fizemos reuniões na Superintendência de Educação na qual o engenheiro do Estado esteve presente na área do Progresso junto com o engenheiro da Prefeitura que é o senhor Clóvis, e a área é viável para a construção de um posto de saúde que é um terreno no total de 1.361 m², esse aqui é o terreno então ele será doado para Prefeitura. O que acontece que nós continuamos a conversa com a Fernanda, e ela pediu que a Prefeitura mandasse para ela esses documentos listados aqui para que ela pudesse ceder à área, eu vou ler aqui “Superintendência Regional de Educação, excelentíssimo senhor Prefeito Municipal em atenção ao pedido do Conselho Local de

Saúde da cessão de parte de um terreno pertencente ao Estado, situado a Rua José Antônio Benhame - Progresso, para fins de instalação de uma Unidade de Atenção Primária a Saúde, solicitamos que sejam providenciados os documentos abaixo relacionados para que possamos instruir o processo de cessão referida", então eu acho que é perder tempo falar um pouco de quais são os documentos mais eu vou falar, "Solicitação do interessado descrevendo por objeto de cessão do uso total do imóvel, parte do imóvel ou salas do imóvel, finalidade e prazo de cessão", e aí uma informação "Contra responsabilidade pelo pagamento de taxas e tarifas que incidem sobre o imóvel, uma vez que na minuta padrão dos termos da cessão consta a cláusula onde o cessionário fica obrigado arcar com a despesa", segundo cópia da carteira de identidade e CPF do representante legível, ata de posse do representante do cessionário que é o Prefeito, certidão negativa da receita federal, certidão negativa de débito FGTS, comprovante de inscrição cadastral nacional de pessoas jurídicas é o CNPJ e comprovante de aplicação pelo Município. A Secretaria de Saúde ela já acolheu esses documentos e estão todos aqui de Thiago Horta para Jorge Ramos, e eu acho que esses documentos já chegaram aqui, é a pauta esse documento aqui, então o Prefeito ele pegou os documentos a Beth Jucá ele juntou os documentos, então esses documentos vão para a Superintendência de Educação na qual ela vai fazer a cessão do terreno para Prefeitura para um prazo de 20 anos, mais nesse prazo de 20 anos vai ficar contido que vai investir lá uma obra de R$ 1.800.000 e depois perder, então o que eu falo aqui para os companheiros é que se tem representante que precisa fazer um posto de saúde para sua comunidade que peça ao Estado porque ele tem área lá e o Estado está favorável a doar essa área. Então o projeto arquitetônico ela já está pronto e ele estava colado alí mais caiu e não deu tempo de colocar no pen drive, só abre para nós o projeto aqui, por favor, só para vocês darem uma olhada rápida, é que fica mais fácil de tramitar, esse é o projeto arquitetônico é uma unidade de dois andares e esse aqui é o primeiro pavimento e esse aqui é o segundo então aqui estão às salas, esse projeto já está na Secretaria de Obras e esse projeto é um projeto base do Ministério da Saúde e atrás desse projeto nós temos o estrutural, elétrico, hidráulico, telefonia, dados de computador, área de combater incêndio. Agora para encerrar nós vamos partir para um segundo momento que é conseguir recursos financeiros para fazer essa obra, está um pouco difícil porque me falaram que eles têm R$ 1.500.000, o próprio Isauro Calais me disse que "Só tem R$ 1.500.000 Avemédio para atender 50 cidades, então são R$ 50.000 para cada um então não dá para te ajudar", o federal o máximo que ele pode mandar é R$ 500.000, o que nós podemos fazer o que eu tenho de entendimento agora é aprovar essa obra no fórum regional porque aí já passa um compromisso para o Governador financiado pelo Estado, me parece que vai ter um fórum regional agora depois do carnaval em Juiz de Fora aí nós vamos entrar com a proposta de aprovar no fórum regional na qual o Adson Ribeiro é o Coordenador do Fórum e da Ouvidoria, nós vamos tentar aprovar esse recurso dentro do fórum para que vire um compromisso do Estado, e a gente tem que trabalhar muito e ficar atrás de deputado todo hora, até porque no dia 06 tem uma reunião com o Isauro Calais que pode também estar conversando com o Governador, é isso aí meus amigos então a luta continua e nós não vamos desistir e quando estiver pronta a obra todos serão convidados. Muito obrigado pela atenção. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu quero agradecer o Marildo Avemédio que pegou a Presidência do Conselho Local, e essa luta realmente é há muito tempo que vinha essa questão do espaço dessa unidade que fica no topo, além de pequena ela fica no topo, só que não tinha um terreno adequado em lugar nenhum da Prefeitura para poder fazer uma obra e fazer uma Unidade Básica, e aí eles descobriram esse terreno lá que é do Estado e o Estado está fazendo a concessão para Prefeitura. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Nós temos que encaminhar uma votação porque nós temos compromissos firmados, nada contra a Unidade de Progresso porque esse assunto para mim não é novo, não é uma matéria nova, e aí quando as coisas começam a florir se esquece de quem plantou, a gente teve uma cobrança da Vereadora Ana que esqueceu mais ela esquece que antes dela outras pessoas caminharam, e a gente tem que fazer justiça ao professor Abdala que tinha um convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Secretaria, onde nós fomos lá e a diretora se chamava Apola e essa luta de conseguir esse terreno e que ele é um terreno desnivelado e que a unidade vai sair em dois platôs igual a Nossa Senhora Aparecida semelhante ela é muito antiga. Agora tem uma condição que vai ter que deliberar, antes tem que sair Jardim da Lua e esse plenário já votou que antes tem que sair Jardim da Lua, existe um compromisso gravado e Jardim da Lua está na frente, há um compromisso firmado nesse plenário de que não se iria executar nenhuma obra se Jardim da Lua não fosse construída, nós deliberamos aqui no mês passado a reforma lá daquele imóvel de Parque Independência, mas nós temos essa condição que está votada por esse plenário e não podemos perder a memória assim como Caiçaras, mais de qualquer maneira é um compromisso Dr. Gilson firmado aqui e está em evolução, então capitar recurso mais nós temos que fazer a Unidade Jardim da Lua, é inadmissível e é desumano a Unidade de Jardim da Lua continuar do jeito que ela está e se a Vigilância Sanitária realmente agir fecha, então eu só quero frisar que antes de qualquer coisa corre atrás e a gente está aí parceiros e nós sabemos da dificuldade, eu já tirei uma senhora que colocava uma pedra e cobrava R$ 5,00 na Unidade de Progresso e nós a tiramos de lá era 5, 4, 3, 2, 1, então a gente tem uma história com Progresso e é minha origem lá, eu vim dali, mas nós temos Jardim da Lua que é um compromisso firmado inclusive pelo Prefeito Bruno Siqueira que foi reeleito e isso vai ser Regina objeto da resolução, então a gente colocava em aprovação a construção da unidade e a capitação do terreno porque é isso que está agarrado, e posterior a isso aí a gente tem que fazer a votação. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Boa noite a todos. Nós aqui estamos representando a saúde e tudo que vem de saúde aqui são grandes problemas, por exemplo, memórias curtas, firmam acordos, acordos não são cumpridos, o meu voto é que seja aprovado companheiro e pode ficar despreocupado mais também que saia do papel, eu desde quando eu cheguei nessa casa há 12 anos atrás eu vejo falar na Unidade de Jardim da Lua e assume compromisso daqui, assume compromisso dali e não é realizado, a Drª Eunice está olhando alí porque na época dela quando Secretária aqui teve muitas discussões sobre Jardim da Lua e não é concluído, agora companheiro vai ser aprovado se Deus quiser. Agora

eu quero saber quando é que vai ser feito? Por exemplo, já começou lá pela Vereadora que não foi o dedo dela e já começou a mexer ao contrário, então é isso companheiro e nós estamos aqui para defender a saúde sim, mas tudo aquilo quando é para fazer para aqueles que são os menos favorecidos se torna muito mais difícil porque quando falou na Unidade de Nova Benfica sempre ela estava na frente, o Conselho tomou a decisão que essas decisões têm que ser tomadas pelo Conselho, e companheiro Jorge nós não podemos aceitar que não seja cumprido aquilo que nós votamos porque não adianta a gente chegar aqui e ficar votando e é aprovado mais não é concluído, muito obrigado. **Com a palavra Sônia Regina (Região Sanitária 3):** Boa noite. Ainda bem Marília que agora porque eu também já estava assustada, primeiro que eu não entendo bem, São Benedito jogaram tudo no chão e estão construindo uma nova unidade está lá e ficou parada, a Prefeitura fala que não tem dinheiro, o Armando está aí, não tem dinheiro e está lá parada, quer dizer falar em construir é muito fácil companheiro, não é fácil, São Sebastião o Jorge está aí e o pessoal está aí como prova foram anos e anos, tomara e a gente deseja de coração a sua comunidade merece mais não é fácil, agora realmente até que enfim esse Conselho agora está mantendo firme para respeitar quem está esperando a muitos anos igual a vocês também, mas a da Marília Jardim da Lua, São Benedito que jogou lá tudo no chão e está lá e não sai nada, o pessoal está em uma casa alugada, sem condições nenhuma, não entra um cadeirante, não entra nada. Há quanto tempo Armando está nessa condição? Há uns dois anos que está nessa condição e eles estão falando agora igual na última reunião que nós tivemos do regional que a Prefeitura fala que não tem condições, que não tem verba, quer dizer aí se fala agora em construir outra, a Marília há quanto tampo também, então vamos bater o pé e é lógico é uma luta difícil mais a gente vai conseguir e não desanima porque a gente está falando isso, mas temos várias aí que a gente está lutando, então é só isso. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Marildo eu ouvi um negócio aí da sua boca que não soou bem na minha cabeça, não existe ceder um terreno por 20 anos, tem que ser definitivo e o Conselho tem que fazer um documento e mandar para a Câmara Municipal de Juiz de Fora, a Câmara tem que assinar concordando com a cessão do terreno para a construção da Unidade Básica de Saúde, depois ele vai aqui para o Secretário de Saúde pedindo para ceder definitivo, vai para Belo Horizonte e manda para a Câmara para a Assembleia Legislativa para os deputados aprovarem a cessão definitiva desse terreno porque não existe cessão de 20 anos para isso, vocês ainda vão ter que fazer três caminhadas para poder chegar, quando o terreno estiver aqui em Juiz de Fora no nome da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora aí você vai começar a vir aqui para o Conselho e pedir para ele entrar na fila das construções, você pode entrar ainda esse ano para começar a construir o ano que vem e se você não conseguir isso eles não vão aceitar esse terreno porque cessão de 20 anos não existe, aproveita que nós estamos todos do mesmo lado e eles vão fazer isso para você, mas por enquanto você está bom, está centrando fogo, prepara a comunidade, avulsa a comunidade toda lá, marca uma reunião na Câmara Municipal e tem que pedir cessão definitiva, é isso aí. **Com a palavra Edna Aparecida (Região Sanitária 9):** Eu quero lembrar aqui que tem uma fila e no SUS tudo tem fila e para Unidade Básica de Saúde aqui também tem uma fila, inclusive a minha região a Unidade do Caiçaras também está nessa fila assim como a Marília alí do Jardim da Lua, nada contra a construção de qualquer unidade em qualquer comunidade porque nós sabemos da necessidade, mais sempre quando a gente ouve o pedido de uma nova construção a gente tem que lembrar das demais que já passaram por todo esse processo e que ainda continuam na fila, e mesmo aquelas que foram desmontadas ainda estão na fila também como é o caso de São Benedito, então eu acho que a cessão é o primeiro passo e depois vem o pedido de doação e vocês estão no caminho certo, é uma luta longa e nós já estamos nela há mais de 10 anos, a Unidade de São Pedro também é uma unidade sucateada e é a maior demanda de usuários talvez do Município, nós precisamos de uma nova unidade que atenda aquela região da cidade alta que é a maior e em expansão ainda, Minha Casa Minha Vida lá só esse ano vão ser 16.000 novas moradias, então eu quero lembrar isso que sempre que a gente votar aqui a construção de alguma unidade que a gente se lembre e seja solidário às demais que estão aqui na fila de espera, muito obrigada. **Com a palavra Maria Madalena (AAPEM):** Boa noite a todos. Eu gostaria nesse momento de pedir e porque não dizer um grande favor, porque quando a gente às vezes nós viemos fazer o uso aqui da palavra a gente sente algumas pessoas nos criticando, e que essas pessoas e eu não vou citar nomes que elas tivessem a coragem de vir aqui na frente e estar usando o microfone, porque a gente vem aqui não é para aparecer, a gente vem para crescer e para ajudar. Então vamos ao assunto, Marília eu tenho um carinho e um respeito muito grande por você, e te prometo em nome de Deus com certeza eu vou falar pessoalmente com o Bruno que está sendo muito criticado, mais eu tenho um respeito e um carinho muito grande por ele e ele me respeita muito, para que nós possamos todos nós conselheiros, funcionários que estão aqui representando a nossa administração, que nós possamos estar te ajudando porque você merece, você é uma lutadora e há anos que isso vem se arrastando, e fica aqui o meu protesto Jardim da Lua em primeiro lugar, muito obrigada. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Só uma questão eu queria consultar o plenário, Avemédio isso aí você pode saber que não tem problema a luta é grande, mas nós fizemos questão de relembrar as demandas que já existem como Caiçaras, mais a gente acredita, a gente tem fé, por exemplo, Nova Benfica foi feito, fez isso, fez aquilo, chegaram a falar que inclusive construir Nova Benfica, a Unidade de Jardim de Vila Esperança vai ser fechada, mentira e não existe isso, então existe uma ordem de deliberação dentro do Conselho e nós temos que ter consciência disso também, porque o compromisso que esse plenário tem é de dizer a Prefeitura que está mantida a deliberação com relação a Jardim da Lua, nós temos que ter muita clareza porque é o que está escrito e está em resolução, o fato da comunidade de Progresso se mobilizar e conseguir o terreno é um momento, é isso que esse plenário precisa votar aqui agora que ele reconhece a concessão. E aí essa questão de 20 anos Guido é prazo legal talvez do Estado, quer dizer você não pode doar a vida eternamente porque depois não faz e se em 20 anos não fizer volta é uma coisa assim, o outro momento é o início da emissão da ordem de serviço e antecedendo a isso tem a capitação de recurso, então o encaminhamento Regina é para que a gente aqui nesse momento pelo

entendimento aprove que haja essa parceria entre o Município de Juiz de Fora e o Estado de Minas Gerais através da Secretaria Estadual de Educação, Superintendência Regional de Educação de Juiz de Fora, pela cessão do terreno que compreende a tantos m², localizado a Rua Antônio Benhame. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Então eu vou colocar em votação. Vocês entenderam? Quem concordar com a concessão do Estado de um terreno para o Município, para uma construção de uma Unidade de Saúde no Bairro Progresso favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado por unânimidade. Recusa dos Hospitais em emitir AIH, para realização de cirurgia eletiva, vinculada a emissão de agenda médica. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Senhores eu acho que o assunto interessa a quem precisa e a quem não precisa também. Nós tivemos uma discussão com os prestadores num determinado momento que foi muito boa, foi muito exitosa, o Vitor está aqui enquanto Subsecretário de Regulação e não é esse o objeto mais eu estou fazendo só uma contextualização, os prestadores de serviço a partir de uma determinada hora eles não recepcionavam mais a transferência, e fizemos uma discussão assim semelhante Samantha ao que fizemos com o CEAE, e quando dava 17h00min, 19h00min, e me corriga aí Drª Eunice dos prestadores, a gente tinha um problema você tinha uma retenção no Pronto Socorro, nas Unidades de Pronto Atendimento, e aí nós tiramos uma decisão e foi uma coisa trabalhada, foi ponderada alguma coisa, e a partir daí pelo menos até então eu acredito que as coisas estão fluindo pelo o que eu Vitor me colocou. Então nós fizemos isso, é isso que nós queremos fazer e talvez não se consiga nesse momento porque também não é uma coisa muito fácil, mas quando nós envolvemos os prestadores de serviços dos hospitais, é porque nós fizemos uma demanda Samantha para um determinado hospital e que eu queria pedir a esse plenário porque eu não quero falar aqui o nome, e a pessoa veio aqui retornou que no dia tal esteve no determinado hospital para fazer um procedimento de uma cirurgia e o profissional que lá se encontrava disse que não adiantava que não ia emitir a AIH porque a fila era de 4.000 pessoas, nós só descobrimos que tinha Dr. Gilson uma demanda reprimida de cirurgia de mão quando esse Conselho junto com o Ministério Público, Sindicato, Ouvidoria, Mesa, nós começamos a fazer uma discussão pontual, e de 180 cirurgias no final quando o Sydney fala na higienização do processo não tínhamos 180. Então o Dr. Arnaldo ele é de Belo Horizonte e veio para a rede FHEMIG e teve um contrato com o Hospital Universitário, eu não sei se ainda continua, e aí nós ficamos assim “Então o que está acontecendo?”, talvez vocês falem “Mais eu não tenho nada com isso”, o problema está no seguinte as pessoas saem de um procedimento de uma consulta com uma indicação de fazer uma cirurgia, quando ela vai ao determinado profissional e esse profissional deve estar dentro de uma instituição prestadora de serviço ao Sistema Único de Saúde e o nosso trabalho não é com o profissional e sim com a instituição, eles estão se negando a emitir a AIH, Vitor você e o Sydney como homens de regulação jamais vamos conhecer a real demanda. Então se emite a AIH nós temos até condição de saber o seguinte e veja só aonde chegamos, por exemplo, nós estamos aqui debatendo que ainda não está pronto e acabado a questão das demandas reprimidas em consultas especializadas, já existe até um projeto, uma nota técnica, uma portaria que esse plenário validou com escala de prioridades, P0, P1, P2 e P3, o que nós queremos é justamente Dr. Gilson conhecer a realidade e é isso que me deixa chateado porque o Promotor vai lá e coloca a mão naquilo que nós podíamos ter feito, então quando o Dr. Rodrigo vai lá e exige do Município apontar a demanda reprimida e dizer “Marque consulta até o ano de 2021”, quer saber a realidade porque ele vai te pegar lá na frente. Então o que nós queremos? Nós queremos Vitor que haja a busca de uma solução para esse processo, assim como conseguimos e quero só agradecer aos prestadores por aquilo que a gente conseguiu na internação, mas o que nós não podemos é deixar de ter a autorização de internação hospitalar, aí Dr. Gilson eu não consigo também entender e queria até a sua opinião é muito comum e talvez isso tenha mudado o médico que emite a AIH não é o médico que vai operar, isso é um problema que nós temos que a gente não consegue “Eu vou emitir a AIH e quem vai operar é o doutor fulano, é a doutora fulana”, então a gente tem algumas coisas a aparar, mas o início dessa conversa Regina e Mesa é para que a gente abra um canal de discussão para buscar um entendimento de como resolver esse empasse, agora o que não podemos deixar é a pessoa chegar ao hospital e ele dizer o seguinte “Eu não vou nem te atender, eu não vou fazer isso porque há fila de 4.000”, pode ser de 10.000, pode ser de 20.000, mas nós precisamos saber que existe uma demanda reprimida assim como fizemos a discussão da eletiva, então era só isso. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Eu vou complementar a fala do Jorge e vou até ser mais detalhista eu vou dar nomes, o Jorge está falando Vitor é do serviço de cirurgia plástica do HU onde aconteceu esse fato, porque nós temos uma excelente profissional e nunca questionamos ela e a equipe dela, mas ela não segue o fluxo da regulação, ao invés do serviço encaminhar o paciente para cadastrar a AIH no Pam Marechal que todo mundo aqui sabe que é assim, esse serviço optou por reter as pacientes lá e gerou um livro, é um livro literalmente que eu já vi pessoalmente porque eu já estive lá e nesse livro as pessoas são cadastradas por ordem de chegada, elas tem a cautela de ver casos prioritários que são mulheres que tiveram câncer e essas mulheres tem prioridade, mas a maioria são pessoas que tem problema de coluna e aí entram numa fila por ordem de chegada e não gera para o SUS uma demanda, porque a regulação desconhece que há uma demanda inclusive não consegue negociar com outros prestadores a ampliação do serviço porque não há uma demanda na regulação. Compreenderam a problemática? Então é isso, eu já questionei inclusive eu vi que ela ficou aborrecida comigo numa ocasião mais não é pessoal nós queremos é melhorar o serviço, nós não queremos criticar o serviço para destruir o serviço porque nós temos alguma coisa pessoal contra o serviço, mas nós conhecemos as regras do Sistema Único de Saúde e sabemos que há muita coisa que tem que ser melhorada, mas não devemos furar regras por qualquer que seja a justificativa, por mais louvável que seja não nos cabe furar a regulação, então o serviço de cirurgia plástica do HU eles fazem isso há anos e hoje para vocês terem ideia estão chamando mulheres de 2014, a fila lá é assim e a tendência lá é chamar de três anos atrás, então hoje as mulheres que entraram em 2014 estão sendo chamadas para operar em 2017, então a expectativa é de três anos para trás, e você pede alí na Regulação da Prefeitura a informação sobre guias não tem, aí acontece isso que o Jorge falou aqui a pessoa

está indo lá consultar eles pegam o nome e atende mais falam isso que não vai emitir a AIH, mais não explica de forma detalhada como eu falei aqui agora porque é muito desgastante falar isso com muita gente, e pega o nome da pessoa e a pessoa entra numa fila e não tem nenhum documento, não tem nenhum pedido oficial, então esse é o questionamento. E outra coisa também que eu já falei aqui com vocês e sei que vocês vão lembrar é essa dificuldade que nós temos porque a pessoa fica numa expectativa, você espera uma consulta um ano ou dois anos, tem gente que esperou consulta dois anos e meio e eles vem aqui na Ouvidoria reclamar, chega lá e leva um balde de água fria na cara "Eu não opero, eu vou te encaminhar para o meu colega", aliás, tem uns que falam colega e ainda é bom e quando fala o colega a pessoa fica com esperança, é colega e eles levam para o lado pessoal e vai ajudar, mais e quando fala assim "Eu vou te encaminhar lá para o HU para você marcar porque lá alguém opera" e às vezes não opera, isso cai aqui todos os dias na Ouvidoria a pessoa espera anos uma consulta e às vezes com um sub especialista para chegar nele e ele falar que não opera e contra referenciar a pessoa de forma genérica, joga a pessoa na rede de novo, aí eles vem aqui e a gente tenta ajudar sem dúvida nenhuma e nem sempre nós conseguimos. Aí cabe sim a Secretaria de Saúde criar um sistema de normatizar isso porque tem médico que nega emitir a AIH Jorge, e fala isso "Eu não vou emitir porque eu não vou te operar", e tem um tal também que vai lá no Pam Marechal, os próprios funcionários do setor de AIH falam para o paciente "Procura um médico que opera porque o seu aqui que pediu a AIH ele não opera e a sua guia vai ficar agarrada aqui", e fica mesmo o funcionário não está mentindo para o paciente, então a dica é para procurar um médico que seja cirurgião e que opere pelo SUS porque se você tiver uma guia de um médico que só é ambulatorial, que só faz consulta e que não opere, a sua guia vai ficar parada com procedimentos às vezes simples, cirurgias que não agarram vai agarrar pelo simples fato do médico que pediu não é um médico que opera, então é muito complicado, é muito importante essa discussão, é sério e vocês estão vendo e a fila só vai aumentando, e o que me deixa angustiada é a expectativa das pessoas porque ás vezes elas ficam como eu disse e vou repetir anos esperando uma consulta acreditando que vão ter solução, chegam lá e tem a decepção e a frustração de ouvir essas coisas que eu falei aqui, obrigada. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** Boa noite. Primeiro eu vou responder mais especificamente da pauta, a questão eu não concordo Jorge que o médico que faz a cirurgia só ele pode emitir a AIH, a minha opinião e o meu conhecimento é o seguinte nós temos os médicos e se o médico ele determinou que aquele paciente ele tem a prescrição cirúrgica ele deve emitir sendo cirurgião ou não, até porque temos ambulatórios que não são em hospitais e deve emitir, e aí passa a ser responsabilidade da Secretaria de Saúde regulá-lo para referência que vai fazer, é assim que deve funcionar. Então existe uma cultura muito antiga especialmente no Pam Marechal que a gente tem tentado desconstruir, porque o médico entende o seguinte e isso era o procedimento no passado, que se ele não opera não emite então transfere ele para marcar uma consulta num hospital, isso é desperdício de ambulatório, de consulta, de recurso público, porque se ele tem condições de avaliar que ele é um paciente cirúrgico ele deve emitir a AIH e é papel nosso regulá-lo para referência de cirurgia, e marcar uma consulta pré-operatória para o médico que vai operar verificar se ele realmente tem condições e aí é prerrogativa do médico cirurgião, então o médico que não vai operar ele pode e deve emitir a AIH, e nós temos trabalhado muito para desconstruir essa cultura, então esse é o meu entendimento e eu sou responsável por essa parte e eu tenho lutado muito, mas infelizmente alguns profissionais eu não posso obrigá-los é conduta médica e eu não posso entrar nessa vereda, mas a grande maioria a gente já tem mudado. Temos aqui a Flávia do Instituto Oncológico que pode testemunhar que uma das ações que nós estamos fazendo é criar certo percentual de consultas internas, não é consulta de retorno, consultas internas nos hospitais e nos prestadores para poder garantir o acesso do paciente e evitar aquela romaria do paciente até a atenção primária para retornar, e também garantir um canal de abertura para aquele paciente que foi prescrito uma cirurgia em outro ambulatório que não opera ou num hospital que não é referência para aquela cirurgia inseri-lo para fazer a cirurgia lá, porque antes a gente pedia como se fosse um favor ligava para Santa Casa, por exemplo, "Tem como tentar marcar uma consulta?", porque a gente pode submeter um paciente que já passou por todo esse processo voltar à atenção primária para recomeçar o processo, isso não tem lógica, então agora nós estamos garantindo ao hospital aos poucos e isso não está em todos e estamos começando por alguns por questões de prioridade e estudos que a gente faz, garantir esse percentual para que eles tenham autonomia de agendar e não é só retorno, é retorno, pediu um exame fez o exame alí mesmo dentro do hospital, já não precisa de voltar para marcar o hospital já vai agendar num sistema que nós regulamos que é o SIS REG nós vamos enxergar o agendamento e aquele paciente também, que o profissional especialista naquela cirurgia ele está lá na Santa Casa então a gente pode tentar entrar em contato para poder agendar uma consulta, aí o médico ele pode não operar porque ele achou que não é caso cirúrgico aí é uma questão do médico, então isso a gente já tem mudado, agora claro que existem ainda profissional ou outro que continua agindo dessa maneira, então esse é um entendimento. Com relação à pauta especificamente eu gostaria até de atualizar algumas informações, está aqui o HU, a Santa Casa, a Maternidade, o João Penido e João Felício, a não ser que tenha algum fato que eu desconheça e que vocês podem me passar, eu não tenho nenhuma demanda de uma reclamação de que o médico esteja condicionando a emissão da AIH que é o laudo de cirurgia à agenda dele, as únicas questões que nós temos a gente já tem trabalhado que é a questão da Maternidade com a cirurgia bariátrica e com o HU com a cirurgia de mama. Então eu vou falar primeiro da Maternidade, a questão da Maternidade e depois os representantes podem levantar para poder falar, eu vou falar do meu entendimento que a gente já conversou e fizemos reunião com eles sobre isso, e existe um processo de preparo muito longo para o paciente da cirurgia bariátrica que ele precisa passar por uma equipe multiprofissional, realizar vários exames, e somente no final desse processo e se eu estiver falando alguma bobagem podem me corrigir, no final desse processo ele vai estar apto ou não a fazer a cirurgia, e muitas vezes no momento da cirurgia ele está descompensado em alguma coisa ou não está, então no meu entendimento esse paciente da cirurgia bariátrica ele não está sem a emissão

e tendo que tê-la a partir de um momento que o entendimento é que ele só está apto para cirurgia após esse protocolo determinado pelo Ministério da Saúde, então está aqui e essa é a justificativa e eu acho pertinente, não se pode dar uma emissão porque o paciente é obeso se ele não tem prescrição, então existe e tem que passar pelo processo. O Hospital Universitário realmente não tinha uma justificativa para esse entendimento, nós fizemos uma reunião também com a doutora, não foi muito fácil realmente porque a impressão que passa é que a gente quer interferir no processo de trabalho de organização da instituição e não é a nossa intenção, quando funciona bem a gente não questiona a questão técnica de nenhum desses hospitais, então chegamos num acordo e eu aprazei a emissão de todos esses laudos, e ontem a funcionária Paula já foi até a minha sala e já me entregou algumas centenas desses laudos. Por quê? É aquilo que eu falei no início essa demanda não é do HU, essa demanda é da Secretaria de Saúde e tem a Maternidade também que a gente pode começar a conversar e pode nos apoiar a acabar com essa demanda reprimida, agora uma coisa que não pode acontecer e o Jorge chegou a me passar e eu já cheguei a receber reclamação, isso não deve estar acontecendo mais porque a gente fez a reunião então não pode estar acontecendo, que é o paciente chegar com uma consulta agendada e ser cerceado da consulta porque a demanda está em 4.000 pacientes, isso não pode acontecer, então o que eu sugeri para eles e isso aí não é uma decisão porque eu não tenho poder para isso, vai ser passado para a Secretária, vai passar no Conselho, para o Subsecretário, que é que eles apresentem um projeto de intervenção nessa situação. Por que o que eu acho que seria o ideal, a minha proposta? Por seis meses suspender as marcações de novos casos. Por que o que adianta colocar mais casos que não vão ser atendidos? Com uma justificativa de um comprometimento e um compromisso da instituição que seriam feitos 30%, 40%, 50% a mais das cirurgias que estão sendo feitas hoje, aí sim no meu entendimento existe uma justificativa um projeto de intervenção para poder resolver, já conversamos com a equipe da cirurgia plástica e eles estão estudando para nos mandar uma proposta para ser discutida amplamente porque aí eu acho realmente que tem uma justificativa, aí o paciente vai aguardar para a gente poder cuidar daquele que está aguardando há muitos anos, então é uma situação muito séria, eu estava conversando aqui na plenária com o pessoal da Maternidade e aí vamos conversar e ver se há a possibilidade de nos auxiliar também com essa demanda, porque o HU mesmo com o projeto de intervenção não dá conta de resolver 4.000 mulheres com cirurgias, então esse é o posicionamento que eu queria atualizar vocês e se a Maternidade e o HU quiserem se posicionar também aqui eu acredito que são expositores também, quanto aos outros hospitais realmente não tem conhecimento de acontecer semelhante situação. **Com a palavra Dr. Sérgio Paulo (HU/UFJF):** Boa noite a todos. O Dr. Dimas não pôde estar aqui hoje porque ele estava com outro compromisso e ele pediu para eu representá-lo. É só uma notícia que o Dr. Arnaldo da cirurgia de mão ele está como empregado da EBSERH hoje e está realizando procedimentos até no sábado, aumentou a agenda fazendo de cinco a sete procedimentos por vez. Eu acho que já foi dito e parcialmente esclarecido aqui a situação, eu acho que o grande problema é que a nossa capacidade de atender a demanda, a gente não consegue atender a demanda que nos chega e isso foi acabando por ter uma fila de espera muito grande, e aí na hora que emitia a AIH segundo o serviço havia um HIATO muito grande até essa pessoa ser chamada e muitas vezes se perdia essa documentação nesse processo, então eles acabaram equivocadamente fazendo realmente uma lista com prioridades de uma maneira séria, mas isso gera o que o Jorge falou que a regulação não enxerga isso e aí não tem a demanda que realmente está acontecendo, é um erro do HU que a gente apontado isso o HU ele sentou com a regulação teve uma reunião e foi combinado de pegar essa demanda reprimida gerar a AIH, o primeiro loto já foi entregue a um ou dois dias atrás mais ou menos de 160 pacientes, e a gente está estudando uma maneira de otimizar o atendimento dessa demanda que eu acho que por mais que nós nos esforcemos, e nós temos para o segundo semestre de 2017 talvez um aumento para o atendimento da demanda, mas mesmo assim eu acho que a gente não vai conseguir resolver totalmente esse problema, então eu acho que já foi colocado aqui esses pontos eu só queria reforçar que o HU ele tentou responder e está sentado com a regulação para a resolução desse problema. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Sydney quando nós, eu vou ser repetitivo porque água mole em pedra dura tanto bate até fura ou seca a água e aí secou a água acabou, o que a gente não pode é acomodar e aceitar as coisas, o Dr. Sérgio chegou aqui e fez um testemunho de que o Hospital Universitário já está procurando regularizar, o que nós não podemos aceitar Dr. Gilson o senhor enquanto Presidente o profissional dizer assim "Volta, eu não vou te fazer isso porque eu não vou emitir a AIH porque tem 4.000 mulheres", já que a Samantha falou tem 4.000 mulheres esperando cirurgia reparadora de mama. Por que chegou nesse estágio reparador de mama? Eu não sei em que estágio que está a mulher, se já contraiu um nódulo, e a regra é muito clara com 90 dias esse procedimento tinha que ser feito se eu não estou errado, e iniciar o tratamento mais enfim, chega na fase de você ter que tirar uma parte do corpo de uma pessoa e aí você diz que não vai fazer porque tem 4.000 esperando e pode ter 10.000, eu disse no início da minha fala que não seria Regina para a gente tomar uma decisão aqui agora, mas o que não pode é esse Conselho deixar passar em branco, o que não podemos é ver a situação das pessoas e simplesmente sentar nessa cadeira e ficar numa zona de conforto, então vamos pactuar que nós queremos participar dessa discussão, nós queremos construir o mesmo processo já que não temos problemas com a Santa Casa, não temos com a Terezinha segundo você falou e que temos só com o HU, mas nós temos que colocar esse processo a mesa e construir junto porque aí nós vamos ter até como dar informação para as pessoas, o Plano Diretor de Atenção Primária se hoje ele caminha mais ou menos em 70% é que foi objeto de um longo debate dentro desse Conselho. Então o meu encaminhamento é o seguinte, eu já até fiz algumas anotações alí, você falou e um dos problemas está aqui Sydney porque isso não adianta querer falar, porque quando você chega lá na frente do profissional médico "Eu não vou emitir a AIH porque não sou eu que vou fazer o seu procedimento", então eu quero isso escrito, aí quando eu falo eu na condição de conselheiro, porque se uma vez que você edita uma normativa e que você coloca que o Dr. Vitor e que qualquer um pode emitir a AIH e que cabe a regulação fazer o segundo momento e aí buscar o prestador, não tem problema

escreve isso, escreve para a portaria da Secretária porque aí nós estamos aqui com uma normativa fixada por portaria, por delegação de competência, e aí nós vamos poder chegar e falar "Dr. Marco Antônio a Terezinha de Jesus está aqui, existe uma portaria e essa portaria determina que você emita a AIH". Quem vai fazer a cirurgia? Outra pergunta, o médico da Terezinha de Jesus emite a AIH. Há um vínculo da instituição com o médico? O médico da Terezinha de Jesus, eu estou dando como exemplo Marco Antônio, emitiu a AIH para um determinado procedimento. Esse procedimento deve ser feito necessariamente dentro da Terezinha de Jesus ou ele pode emitir para outro hospital? Isso precisa ficar claro porque a regra da regulação quem está lá dentro conhece mais quem não está não conhece, então está vinculado à emissão da AIH ao hospital porque caso contrário vai emitir a AIH para quem operar "Dr. Gilson o senhor vai operar lá no HPS", então isso é outra coisa Sydney que a gente precisa colocar e feito isso acabou, não tem discussão, não tem problema nenhum, agora sem isso aí está difícil porque nós ficamos numa rota, nós ficamos entre a cruz e a espada. A agenda do médico você falou aqui, nós já cansamos de ouvir e não tenho preocupação nenhuma de falar isso aqui, emite a AIH, as pessoas vão à Ouvidoria, vem aqui, vai atrás de "A", vai atrás de "B", aí você começa a fazer aquele círculo do vínculo de amizade, você não faz o vínculo institucional. E aí o que a gente escuta? "Dependo da agenda do médico", porque quem opera não é a instituição, quem opera é o profissional médico, então essa questão de você dizer, quando eu coloquei aqui "/agenda médico" é porque está vinculado ao profissional, se ele falar que não vai operar e é muito comum a gente chegar e ele falar "Não vou operar, não posso operar, parei", teve médico uma vez que falou assim "Vou sair do SUS e nunca mais eu opero", o senhor sabe porque nós estávamos na reunião, então Sydney quando eu falei agenda do médico é porque isso é comum, e a agenda do médico é que determina a operação. Ou eu estou enganado? Quem faz a cirurgia? Então eu queria Dr. Gilson até para a gente colocar isso bem mais claro, porque é comum você dizer aqui "Não, agora eu tenho que ir lá ver a agenda do Dr. Gilson Salomão para ver que dia ele vai operar e que dia que ele pode operar", pelo menos a gente escuta isso aqui. **Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos):** Eu queria esclarecer algumas coisas aqui que são importantes e agora estou falando como médico, não tem nenhuma obrigatoriedade definida por lei ou o que quer que seja que o doutor que emitiu a AIH é o responsável pela execução do procedimento, então tem que ficar muito claro isso. Número 2, no meu entender Jorge a contratualização é entre a Prefeitura e os hospitais, a contratualização não é o médico "X" e "Y", então essa questão da agenda do médico é um problema do médico do corpo clínico com seus respectivos hospitais, eu acho que a discussão tem que ser visando a contratualização e tudo mais. Agora eu realmente estou muito preocupado, eu fiquei sabendo porque eu conheço vários colegas e o Pam Marechal hoje é um órgão em extinção e os que não saíram estão saindo, aposentando, eu fiquei sabendo agora dos últimos aposentaram mais três do Ministério da Saúde, então eu quero saber o seguinte essas cirurgias eletivas o que está acontecendo com elas Sydney elas estão indo todas para o HPS, está agudizando esses procedimentos porque eles não tem condições mais de procurarem como um procedimento eletivo, e não adianta você chegar lá "Minha querida você vai voltar para o Pam Marechal para agendar a sua cirurgia", não vai agendar cirurgia porque não tem nem profissional que atenda, agora eu acho que isso aí tinha que ficar bem claro primeiro não existe obrigatoriedade de um médico que emite a AIH realizar esse procedimento, número 2 no meu entendimento a discussão da agenda do médico passa pela discussão entre a regulação e os hospitais contratualizados. **Com a palavra Drª Eunice Caldas (Gerente Serviço da Santa Casa de Misericórdia):** Eu não estou falando agora aqui como Santa Casa, eu estou falando como cidadã, porque o Gilson fez uma colocação e em conversa com a Secretária de Saúde enquanto eu fui Secretária de vários municípios, você está falando das aposentadorias e eu lembrei a Elizabeth outro dia que nós gestores temos que brigar por uma coisa pela recomposição do teto financeiro dos municípios, porque essa folha de pagamento do Estado e da União é teto financeiro e o Município ele não consegue recompor a equipe porque ele não tem recurso para isso, vai estourar, e o recurso do Tesouro Municipal ele não vai conseguir, e nós brigamos com isso em Conferência Nacional de Saúde enquanto eu estava representando aí outros municípios inclusive Juiz de Fora, para que o Estado e a União se vissem obrigados a cada saída de funcionário de qualquer nível que foi municipalizado que houvesse a recomposição do teto financeiro do Município e para a folha de pagamento, porque caso contrário o Município não vai aguentar, vai quebrar, ele não tem dinheiro, e a lei de responsabilidade fiscal não vai permitir a ele aumentar o seu gasto com a folha na proporção das aposentadorias que estão acontecendo, e não adianta querer contratualizar todas essas consultas com a rede privada porque nós estamos invertendo a regra do jogo, nós estamos levando para os hospitais a atenção secundária e isso está fora de propósito, hospital é atenção terciária e ele tem que ter ambulatório sim mais dentro daquela lógica da assistência que ele presta alí para fazer o pré, o pós-operatório, e na lógica do ensino porque vários são hospitais vinculados ao ensino, mas o grosso mesmo dessa assistência ambulatorial a nível secundário tem que estar em unidade de atenção secundária reguladas pelo Município, só que o Estado e a União não pode se furtar a estar participando, obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu gostaria aqui de pegar Jorge uma carona na sua fala, quando o Jorge coloca aqui a questão da emissão da AIH eu já assisti essa situação, o usuário é chamado porque fica lá no site para ir ao hospital para poder fazer a cirurgia e ele vai e chega lá não tem médico nenhum que quer assumir o caso, isso é fato o médico não quer assumir e tem médico, então a gente precisa de ter o profissional para assumir esse caso e que queira fazer a cirurgia, então realmente é uma coisa meio que conflituosa porque eu entendo que está certo eu fui lá e o médico entendeu que eu tenho que fazer uma cirurgia e ele vai emitir a AIH, agora também ele tem que ter certeza que esse cidadão vai ser recebido lá, que aquela guia não vai ficar parada lá no Pam Marechal porque ninguém quer pegar aquele caso porque é isso que acontece, por isso que elas ficam paradas lá anos e anos porque você vê que tem pessoas aí esperando por uma cirurgia de três a quatro anos, e aí é igual ao que o Dr. Gilson falou. Vai para onde? A pessoa deixa de ser secundário e vai fazer a cirurgia lá no HPS, isso quando não morre. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Dr. Sérgio para nós é muito triste quando

você vê uma criança que tem uma deformação no pé e foi encaminhado para o Hospital Universitário, o nome da criança é Samuel Drummond dos Reis quadro de especialidade 0408, Sydney eu queria que você depois mandasse uma cópia para nós do que é essa especialidade porque número é uma coisa que a gente não sabe. Por que 408 é o quê? Nós não sabemos, então você tem essa codificação, por favor, código do Hospital 02, Hospital 02 é o Hospital Universitário, 06 de abril de 2016 é o caso que eu estou aqui na mão, o Dr. Dimas com a cordialidade de sempre mais diz assim "Em resposto ao vosso ofício prezado Secretário, em resposta vimos por meio deste informar que o pedido não poderá ser atendido no momento, pois o Hospital Universitário não dispõe de especialista em ortopedia infantil há mais de um ano, dessa forma a solução para estes outros casos na área infantil não depende desse serviço e está na alçada da Subsecretária de Urgência e Emergência", não está na urgência e emergência, eu não quero discutir se o Leonardo está no HPS, se ele está no João Penido, eu quero discutir que foi emitido um protocolo de uma emissão de uma guia eletiva do Samuel para o Hospital Universitário e isso é praticamente há quase um ano, e depois disso a gente vem aqui, eu tenho um respeito pelo Dr. Dimas muito grande mais a instituição EBSERH me desculpa mais não foi esse o propósito que ela se mostrou, não foi essa a propaganda que foi feita pela Empresa Brasileira de Administração de Serviços Hospitalares, que viria para resolver o problema dos Hospitais Universitários e o problema continua. E aí o que a gente faz com essa criança? Então Sydney aí tem um problema administrativo, porque vocês regularam essa criança há um ano para um hospital que tem um ano que não tem o profissional para fazer, está escrito aqui e não sou eu que estou falando, essa criança foi regulada para o HU. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** Eu conheço esse caso, eu não sei se foi o ano passado o Dr. Leonardo ainda estava no HU, ele fez a cirurgia de uma perna e não chegou a emitir a AIH no HU para a outra perna, o Dr. Leonardo não, então não foi onde ele tinha. Então o que a gente teve que fazer? A instituição perdeu o profissional, estamos negociando e já está em processo de cessão para cedê-lo ao HU por conta da necessidade do vazio que a gente ficou em Juiz de Fora, eles não tem no corpo outro profissional e esse paciente foi encaminhado a Belo Horizonte, a avó do paciente a Dona Márcia aceitou o tratamento fora do domicílio e regulamos em Belo Horizonte e lá ela está em acompanhamento, só que paralelamente a isso ela aceitou conosco eu fui surpreendido essa semana com um documento do Ministério Público porque ela foi ao Ministério Público mais ele está assistido, aqueles casos que estão chegando para nós o que nós cabe fazer eu estou regulando para Belo Horizonte, o que não temos em Juiz de Fora vir a TFD regulado pela portaria 55, então ele está em atendimento não em Juiz de Fora. Ele fez o procedimento em uma perna e são duas pernas, mais quando ele chegou para mim com o laudo do HU eu entrei em contato com o HU o Dr. Leonardo fez a cirurgia e deu até imprensa na época isso aí, ele fez a cirurgia e logo em seguida ele saiu e não chegou a emitir a AIH dentro do HU, foi emitida uma AIH recentemente por exigência de Belo Horizonte para ela ser aceita em Belo Horizonte que nem a AIH ela tinha, então o médico que ela encontrou emitiu que ele não opera isso aqui, é claro que não é a solução ideal, o ideal é a gente ter o serviço em Juiz de Fora, mas como não existe, não tem no momento, eu não tenho o profissional em Juiz de Fora, me coube fazer o que está na portaria regulá-lo para a referência que é Belo Horizonte e a gente fez, Jorge é um grande problema mesmo a ortopedia infantil e tenho vários. Só para completar, já está em processo, já foi entendido pela Secretaria de Saúde que o médico deve retornar ao HU porque não existe uma possibilidade de outro ortopedista atender lá, então já passou por nós na regulação, nós já despachamos e demos o parecer favorável e deve acontecer agora em qualquer momento, agora é questão de RH. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidoria):** Eu quero aproveitar que o Dr. Sérgio está aí, Dr. Sérgio esse um ano que o Dr. Leonardo de Castro está fora do HU eu estou em cima porque o negócio ficou meio letárgico lá na Secretaria, aí começou a chover de mães e com razão aqui com crianças com os pés tortos e são mais de 30 crianças, aí o Sydney informa que está indo para BH eu estou surpresa porque ninguém me respondeu os três ofícios que eu tenho e ninguém me respondeu, aí eu estive com a Adriana Fagundes no final do ano e quase na virada do ano e ela ligou para o Dr. Heumano na minha frente e falou que eu estava brigando, pressionando, ameaçando ir para o Ministério Público, porque tem mais de 30 crianças com pés tortos crescendo que é pior porque elas vão crescendo e vão piorando e o pé vai ficando mais difícil de voltar ao normal, é desesperador, é uma afronta a várias leis. A Adriana ligou para o Dr. Humano na minha frente e a situação é a seguinte, o Dr. Leonardo é servidor da Prefeitura de Juiz de Fora e ele está fazendo plantão toda quinta-feira no HPS, todo mundo sabe que o HPS carece de ortopedista e ele é, então a Prefeitura solicitou que ele voltasse para o HPS e condicionou a cessão dele de volta para o HU para a EBSERH desde que o HU enviasse um médico para fazer plantão no lugar dele, aí está tendo essa dificuldade, a Adriana ligou na minha frente para o Dr. Heumano e colocou no viva voz e o Dr. Heumano falou que precisava da assinatura da Regulação que estava agarrado, nós providenciamos realmente o Vitor assinou autorizando a cessão do Dr. Leonardo com essa condição, é bom deixar claro para vocês que a condição é que o HU vai colocar um ortopedista de plantão no HPS as quintas-feiras para cobrir o plantão do Dr. Leonardo, e até hoje e eu ligo todos os dias sem exagero porque as mães cobram toda hora de nós e é muito triste. E aproveito também o ensejo Jorge para dizer que nós estamos com outra demanda e que eu gostaria que o HU abraçasse que é a questão das toxinas botulínicas, porque a Drª Graça Terra aposentou do João Penido e ninguém faz isso, tem gente que está perdendo remédio porque pega no Estado um remédio de R$ 3.000 a R$ 4.000, porque não tem médico que transcreva o pedido e que faça o mais importante que é a aplicação, então eu queria aproveitar que o senhor está aqui e fazer esse pedido para a gente ter essa resposta o quanto antes, por favor. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Só esclarecendo a Samantha, o que passou por nós Samantha lá na Subsecretaria foi à questão do plano de trabalho do Dr. Leonardo, e eu pedi para o Sydney analisar e ele achou que o plano de trabalho estava pequeno, estava pouco, achava que ele podia contemplar mais coisas, e aí nós remetemos novamente ao Dr. Leonardo e ele aumento essa oferta e já foi liberado, eu acredito que esteja na Secretaria já para a resolução, o Dr. Sérgio Paulo vai falar com relação ao concurso da EBSERH e eu acho que ele vai falar sobre isso, a

questão do ortopedista infantil não estava contemplada. **Com a palavra Dr. Sérgio Paulo (HU/UFJF):** Então é só alguns esclarecimentos, a EBSERH quando vai fazer um concurso à ortopedia hoje ela é muito especializada, então tem ortopedista que só mexe com joelho, outro que só mexe com ombro e tem o pediátrico, só que no concurso tem que ter um CBO que é para fazer o concurso das especialidades, só que não tem esse CBO dessa subespecialidade o concurso ele tem que ser geral, então não tem como, então a gente ficou na realidade torcendo para poder montar um serviço de ortopedia que atendesse todas essas subespecialidades, acontece que ninguém passou para cirurgia pediátrica e não tem como só podia ser ortopedista geral, mas dentro desse ortopedista geral tem um que mexe mais com joelho, tem um que mexe mais com ombro, mas o pediátrico a gente não conseguiu repor. Esse profissional que era da Prefeitura no nosso entendimento e aí é claro que a gente tem o entendimento do hospital é uma subespecialidade rara, então ele poderia a nosso ver atender essas demandas que só ele conseguiria fazer enquanto que no plantão de ortopedista um ortopedista geral poderia ser útil lá no Pronto Socorro, aproveitando esse especialista pediátrico para atender isso que vinha batendo então ele fez esse tratamento, mas também com a entrada da EBSERH nós fomos obrigados a mandar todos os profissionais da Fundação HU embora, não podia continuar e ele foi nessa época, e aí não tem como a gente atender um caso de criança que a gente não tem o profissional lá, aí a gente passou a falar com o Sydney que não tem jeito da gente atender, e desde então eu sou testemunha que o Dr. Heumano tem feito tudo que é possível e eu acho que a regulação entendeu isso para trazer ele para a gente poder resolver esse problema, mas até agora não foi possível. Agora com relação mesmo se essa criança por algum motivo ele fosse atendido lá no Hospital Universitário eu acho que a gente teria que emitir a AIH de qualquer jeito, porque é aquela discussão que nós tivemos anteriormente ele precisa, e nem foi esse o caso mais eu estou falando é isso que se ele fosse ao HU e atendido por outro profissional com indicação de cirurgia ele teria que emitir a AIH. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Só esclarecendo que ele é médico da urgência e emergência, então é por isso e ela citou a Adriana na dependência do HPS lá. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Ele é médico da urgência e emergência ou ele é médico da Prefeitura? Eu sei que existe o concurso, porque Dr. Sérgio o que acontece aqui na Prefeitura é que nem com os erros a gente consegue aprender, essa mesma dificuldade que vocês têm lá dentro da EBSERH e o Cadastro Brasileiro de Ocupação ele não traz a subespecialidade ele traz a ortopedia em geral, a Prefeitura também fazia isso e aí eu estou provocando justamente por isso porque abriu-se um concurso e ele é concursado para urgência e emergência, eu vou lembrar o Mag é imexível porque tem um aí que falou que é imovível. Então eu quero saber como que fica a situação das crianças? É só isso, aí Sydney você chega aqui e fala que você tem um TFD, um Tratamento Fora do Domicílio. Quantos procedimentos e quantas cirurgias dessas que você pactuou com Belo Horizonte? Mas eu te garanto que não é mais de três. É mais de três? É cinco? É seis? E veja a demanda que nós temos 39 crianças, nós não podemos pensar pequeno. Se nós não temos aqui em Juiz de Fora aonde que tem? Então vai pactuar lá, é essa PPI que eu não engulo, esse caso caiu aqui e todo mundo então já sabia e eu estou igual marido traído eu fui o último a saber, e aí fui inocentemente e aí recebo um documento que não tem o profissional, aí Sydney a crítica que eu faço e eu reconheço o seu trabalho você pode saber disso, a gente nunca vai dizer que você não é compromissado. Mas por que em abril de 16 já sabendo que as coisas não estavam caminhando mandou regular para o Hospital Universitário que já há mais de um ano não tinha? É o único documento que o pai tem na mão. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** Abril de 2016 despois dessa data o menino operou, ele tem problema nos dois pés, depois disso o Dr. Leonardo saiu e ele não chegou a emitir, eu conheço esse caso. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Então o pai está me enganando Sydney. Você está querendo dizer isso? **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** Não Jorge. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Alice friamente eu trabalho com o que está escrito alí, abril de 2016, eu não sei se o Dr. Leonardo está lá ou deixou de estar. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** Ele não emitiu, quem emitiu foi outro médico para levar o caso do paciente para Belo Horizonte porque Belo Horizonte exige a AIH. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Nós acabamos de falar que não tem essa vinculação, que quem emite pode o outro operar, então não vamos trazer isso como questão. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** Eu acabei de falar o seguinte que qualquer médico assistente que veja a necessidade cirúrgica do paciente ele deve emitir a AIH, o Dr. Gilson até confirmou e deve emitir, e ela me trouxe essa AIH para eu regular onde eu tinha como atendê-la e a avó da criança aceitou, esses outros que a Samantha está falando eu gostaria de saber porque eu gostaria de oferecer a mesma oportunidade apesar de estar em processo de finalização essa cessão, o que eu não posso é deixar uma demanda dessas e eu não tendo uma referência no Município e deixar de oferecer o que a portaria me determina, agora este laudo que foi emitido não foi do médico que faz a cirurgia ele não é especialista nisso, ele emitiu para o paciente ter um documento uma prescrição cirúrgica para levar em Belo Horizonte porque eu pedi para levar, e ela aceitou o tratamento e está indo em Belo Horizonte nós estamos mandando a avó, e eu falei o seguinte para ela "O processo de cessão o HU está lutando para tê-lo cedido e nós estamos lutando internamente para ele ser cedido para o HU, porque não é só o problema do seu neto, mas enquanto isso me cabe te oferecer a possibilidade de regulá-lo para Belo Horizonte, caso a cessão se conclua retiramos de lá", e tudo que a gente manda a Belo Horizonte para nós não é um fato sacramentado é lutar para poder estabelecer aqui, como a gente fez uma reunião com o Dr. Dimas e o Dr. Sérgio semana passada querendo a fertilização in vitro aqui, porque Belo Horizonte simplesmente nós não conseguimos mais mandar ninguém para lá porque fica uma fila eterna lá, então a gente tem a Secretaria de Saúde, TFD, como uma situação temporária a não ser quando a gente não tem condições de estabelecer um serviço aqui, agora à fertilização nós temos condições, nós temos condições de certas cirurgias de alta complexidade, a gente tenta mais enquanto a gente tenta tem que dar

uma solução para o paciente, é isso o que a gente fez com esse paciente aí. Então o que mais me preocupa não é esse paciente, é os outros que eu não estou sabendo e que eu gostaria de saber onde estão, agora o paciente pode se recusar "Eu não quero Belo Horizonte" e acho que ela está certa ela quer fazer em Juiz de Fora, só que essa emissão a gente não regulou para o HU, já chegou para mim do Ministério Público e eu respondi que a paciente está em Belo Horizonte sendo acompanhado lá, o outro pé já foi operado e o único que restou para operar está lá em Belo Horizonte sendo acompanhado, mas já mandei para Belo Horizonte e ela só me conseguiu essa AIH no final do ano Jorge ela está em atendimento, a data da emissão da AIH, ela não aceitava ir para Belo Horizonte e o Vitor sabe desse caso também ela não aceitava, ela queria o médico no HU e aí eu não tenho o médico lá. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Eu acho que é a avó quem cuida desse caso Sydney, quando eu comentei com o Sydney ele sabia até o nome da avó porque ela já tinha estado lá com ele. E o que acontece? Eu acho que ela ficou também na esperança de que o processo do Dr. Leonardo fosse ser rápido, e aí depois o Sydney chamou e ela foi lá e ele conversou com ela e falou "Não estamos vendo um final tão rápido para a condição, eu preciso que a senhora aceite que seja feito em Belo Horizonte", ela aceitou e foi, tanto é que a AIH nesse caso aí específico ela não está sendo emitida pelo próprio médio que vai fazer a cirurgia, aqui é um caso específico desse, ou seja, a gente vê que acontece isso mais não é em tudo, então o caso ele foi operado de um pé e o outro pé já está sendo visto lá em Belo Horizonte. **Com a palavra Edna Aparecida (Região Sanitária 9):** Eu também não estou entendendo muito bem isso aí, eu acho que está faltando regular melhor talvez, porque o que preocupa a gente é que na verdade ninguém quer ir para Belo Horizonte, qualquer família e qualquer cidadão quer ser tratado dentro do seu domicílio porque essa viajem e a gente sabe ela é penosa. Agora o que eu fico me perguntando, quem tem que decidir que esse doutor que é o único e é tão especialista possa voltar para o HU para voltar a realizar essas cirurgias? Porque a gente sabe que entre uma cirurgia realizada no HPS e no HU é claro que o HU é privilegiado, então se é o único cirurgião que pode tirar essas 30 crianças da fila e outras mais talvez que ainda não entraram, que essa decisão seja tomada o mais rápido possível. E outra coisa também que eu fiquei pensando, o HU se ele tem uma fila de 4.000 nem ele operando e não sei quantas por semana que essa fila não vai diminuir em menos de dois anos. Então será que não está precisando de um esforço concentrado de todos os prestadores? Porque eu não acredito também que é só o HU que tem essa fila sinceramente, a Santa Casa aqui e os demais não se manifestaram, claro que eu acredito, mas se a gente for procurar deve ter alguma fila, alguma demanda lá. Por que se está sobrando tanto para o HU talvez não seja preciso um esforço concentrado dos demais prestadores? E outra coisa Sydney a gente precisa saber também a realidade porque me admira você não saber quantas PPI foram pactuadas em Belo Horizonte, são perguntas, são dúvidas. **Com a palavra Sydney Castro (Chefe do Departamento da Subsecretaria de Regulação):** A PPI é imensa, ela está lá para a consulta e eu consulto agora e posso falar se quiserem e tem que abrir o sistema, mas eu tenho como saber em cinco minutos é só acessar o computador. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Tem mais alguém? Porque eu quero encaminhar para passar para o outro ponto. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Como só a Edna manifestou, eu vou passar para o Jorge a palavra para a gente fazer algum encaminhamento aqui. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** O meu encaminhamento é curto e rápido, Sydney nós gostaríamos de sentar para fazer uma discussão sobre a recusa dos hospitais, quando eu usei essa redação aqui foi o que eu vi na hora, foi o caso que apareceu, mas nós temos que sentar e fazer uma discussão mais ampla porque a coisa não é tão simples, vamos falar da cessão desse profissional. Como é que o Município de Juiz de Fora vai ceder o doutor para a Empresa Brasileira se ela realizou um processo de concurso e pelo que eu sei já chamou todo mundo que tinha que chamar? Então como é que a gente vai fazer isso? E a Adriana está muito correta quem tem um não tem nenhum, se ela cede para o HU ela vai ficar sem ninguém no plantão dela, e aí Drª Eunice pode saber que vai bater na Terezinha e bater na senhora, então Sydney nós temos que chamar agora e veja só nós vamos sair da nossa ceara e vamos inclusive envolver a SARH nessa discussão. O Município de Juiz de Fora vai contratar e vai dar o profissional para o Hospital Universitário? Ele tem uma contratualização, a EBSERH fez o concurso e acabou, então o meu encaminhamento Regina é esse a gente sentar o mais rápido possível Sydney e analisar caso a caso a situação e construir esse processo, é isso. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu estou aqui falando Jorge porque realmente ele é um médico nosso da urgência, mas não tem nada que impede deles cederem ele para o HU, mas aí não é por tempo indeterminado. Mas será que ele faz cirurgia de pé lá? Então nós vamos passar para o 4.3 - Habilitação em Centro de Referência em Cardiologia de Alta Complexidade, Instituto Clínico Hospital João Felício, o Oleg Abramov foi convidado e o Vitor. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Nós estávamos participando de uma Comissão Intergestora a CIR ou na CIRA se eu não me engano, nós discutimos a RUE de manhã a CIRA Região Ampliada Walconize, e causou muita estranheza quando nós vimos na pauta da CIRA que se propunha habilitar um Centro de Referência em Cardiologia de Alta Complexidade no Instituto Clínico de Juiz de Fora, para quem não conhece o Instituto Clínico de Juiz de Fora é o Hospital João Felício que depois de muitos anos descobriu que lá tem uma fundação, e me recordo de uma assistente social fazendo estágio e ela trouxe essa informação e eu falei "Mas aonde tem essa fundação?", e daí para frente começou o Instituto Clínico de Juiz de Fora que é uma fundação. Como é que foi o trâmite disso? Como é que cria esse Centro de Referência? Como é que o Estado? E aí eu perguntei a Elizabeth Jucá Secretária de Saúde como é que esse processo desdobrou? Eu não sei, mas eu queria Regina fazer aqui uma proposição porque acaba envolvendo tirando a ASCOMCER, vou para o ingresso do mesmo instituto clínico no Pro-Hosp Programa de Fortalecimento dos Hospitais do Estado de Minas Gerais. Como é que se deu esse processo? A Beth com toda sinceridade "Também não sei", senhores o Município de Juiz de Fora tem uma Secretaria de Saúde, uma Prefeitura, um Gestor de Saúde, Subsecretários e tem um Conselho que na escala no organograma está lá em cima como órgão de assessoramento e deliberação. E causa estranheza quando vem do Estado uma pauta provocada por quem?

Se a Gestão Municipal não tem conhecimento imagina esse Conselho, então eu saí dali e falei para a Regina "Regina nós vamos pautar no Conselho", porque não dá para você fazer uma fábrica de mosquito em Juiz de Fora sem decidir conosco, não estamos querendo ser melhor do que ninguém mais é assim que está lá e é assim que tem que fazer, então Regina foi por isso que eu provoquei essa pauta e depois eu vou falar da ASCOMCER e não quero falar porque é outro objeto, mas com relação ao Instituto Clínico pleitear um centro de alta complexidade em cardiologia e ser parte do processo, porque o recurso do Pro-Hosp ele é finito e ele já está dividido para quatro, a Santa Casa, Terezinha, HPS e São Vicente, o bolo é deste tamanho e vai dividir para mais um, vai ter que tirar de alguém ou se um desses quatro não está atendendo as metas pactuadas é outra discussão Walconize, mas até então nós inclusive não mais fazemos parte enquanto Conselho dessa avaliação, nós fomos sacados, nós fomos extirpados, por uma decisão do Estado que não foi agora, então nós não participamos mais da Comissão de Avaliação do Pro-Hosp aqui naqueles anos que a gente sentava à mesa e analisava meta por meta, era investimento e espaço físico, e depois as coisas mudaram e evoluíram, então Regina era isso que eu queria provocar e depois eu tenho o meu encaminhamento enquanto conselheiro. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** É interessante porque, por exemplo, eu participei e você também de uma capacitação em Belo Horizonte para o acompanhamento do Pro-Hosp. E aí quem ouviu a gente? Ninguém. Aí eu queria saber Walconize é você que vai falar sobre o assunto? **Com a palavra Walconize (SRS):** Boa noite a todos. Eu não sou capacitada tecnicamente para falar sobre esses assuntos, eu queria até justificar a ausência do Superintendente que está no Comitê da RUE em Belo Horizonte está se discutindo urgência e emergência em Belo Horizonte, na primeira pauta que fala da questão da habilitação do Instituto Clínico o que eu posso dizer é que a gente apenas encaminha como referência técnica dentro do núcleo de redes a gente faz o encaminhamento de documentos, então não é avaliação nossa, foram as mesmas coisas em relação, por exemplo, a ASCOMCER que estava parada, então não é um propósito nosso avaliar isso dentro do núcleo de redes que eu faço parte, então tecnicamente eu não me atrevo a falar, obrigada. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Nós estávamos lá na CIRA quando o Jorge questionou a Secretária, então eu acho que agora Jorge e eu não sei qual o encaminhamento que você vai dar, mas pelo menos que se for começar o processo que se comece por aqui então, eu não sei o que você conversou com a Beth. **Com a palavra Gustavo Ramalho (Responsável pelo Serviço de Cardiologia Intervencionista do Hospital Terezinha de Jesus):** Boa noite. Eu sou responsável pelo Serviço de Cardiologia Intervencionista do Hospital Terezinha de Jesus, e pelo projeto do CENIRAC que é um projeto do Ministério da Saúde da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade no caso com Terezinha, tudo o que o senhor Jorge falou alí sobre essa estranheza, também nos causou estranheza porque nós estamos correndo atrás desse processo, já por várias vezes encaminhamos toda a papelada para a Prefeitura, já houve uma negativa no início por conta da falta de uma das habilitações porque nós precisamos ter quatro habilitações para pleitear e nós temos três e tem muitas outras coisas além disso. Então só para vocês terem ideia eu estou com a portaria aqui, tem que ser hospital de ensino a primeira coisa, segundo ter estrutura de pesquisa e ensino organizado, ter estrutura adequada gerencial capaz de zelar pela eficiência, nós somos o primeiro hospital de Minas 100% SUS a ser acreditado pela ONA nível 2, então o nosso processo além da visa municipal e a visa estadual são fiscalizados semestralmente, preferencialmente ser habilitado centros de referência o hospital público primeiro, se não tiver vai os privados filantrópicos e se não tiver vai os privados lucrativos nessa ordem específica, sendo que 100% SUS é prioritário. Então acompanhamento ambulatorial pré e pós hoje a Terezinha e a Santa Casa também, a Terezinha tem ambulatório específico não só da cardiologia geral mais tem de arritmia, de marcapasso, de cardiopatia congênita, de pré-operatório de sujeito cardíaco adulto, e estamos criando outros três direcionados às subespecialidades da cardiologia, nós temos uma residência de cardiologia que foi reconhecida agora em outubro pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, ou seja, é um hospital de ensino que é reconhecidamente por uma entidade maior na cardiologia do Brasil reconheceu os nossos modos operantes de ensino e validando isso aí, e somos atualmente um dos poucos hospitais do Brasil envolvidos nesse projeto da CENIRAC que é um projeto com o Ministério da Saúde, e para vocês terem ideia nós fizemos 32 cirurgias cardíacas congênitas no último semestre de 2016 de crianças vindas de todo Brasil, Porto Velho, Tocantins, Ceará, Recife. O que é isso? É um cadastro onde tem crianças que ninguém está operando e talvez seja o mesmo problema do pé que ninguém está fazendo, que ninguém está operando, eles centralizaram e perguntaram "Quem gostaria de fazer?", e eu falei "Nós estamos aptos, nós temos profissionais, nós temos estrutura", o nosso projeto é exatamente esse e quanto mais tipo de paciente nós tivermos na cardiologia mais rico é aquele ensinamento que vai ser dado para aquele nosso residente e melhores profissionais estarão sendo formados, então é o seguinte nos causa estranheza e estamos entrando de novo com um processo, e já falei isso na CIR e na CIRA para requerer mais uma das habilitações necessárias porque é a única pendência que temos para poder pleitear isso aqui, então a gente procura e nós estamos num momento de transição muito interessante eu acho que a política é extremamente necessária que faz os inter-relacionamentos, nós estamos aqui hoje porque o inter-relacionamento existe e é necessário existir, mas contanto que seja baseado no tecnicismo na visão técnica e não puramente política, então nós estamos aqui é para mostrar serviço e temos mostrado serviço, e convido a todos vocês que não conhecem a Terezinha que nos visitem para saber o que nós estamos fazendo no dia a dia, muito obrigado pela oportunidade. **Com a palavra Drª Eunice Caldas (Gerente Serviço da Santa Casa de Misericórdia):** É importante que vocês coloquem, eu apoio aqui o Gustavo, eu apoio toda a rede hospitalar de Juiz de Fora, mas a gente precisa seguir essa tramitação e as vezes quando a gente pula um passo desse invés de trazer um benefício a gente cria uma grande confusão, então todos nós temos que pensar nisso, tem habilitações importantes, credenciamentos importantes, analisar a rede como um todo, enxergar os vazios, discutir com a Secretaria, e fazer isso caminhar porque eu acho que a gente só ganha com isso para todas as instituições e facilita a nossa vida, então eu acho que esse é o melhor caminho mesmo e a gente não tem que ficar toda hora

voltando para traz e tentando reconstruir. **Com a palavra Túlio (Chefe da Cardiologia do Instituto Clínico de Juiz de Fora):** Boa noite. Assim como o Gustavo falou eu também queria tomar a palavra para passar para vocês a realidade, o Hospital João Felício eu trabalho lá há quatro anos e tem uma realidade muito diferente hoje do que ele era há quatro anos atrás, há quatro anos atrás o Hospital João Felício estava engatinhando ainda quando veio a ideia do Hospital do Coração e realmente tinha muitos pontos falhos, hoje o hospital é referência na RUE, é o que acabou com a fila na urgência e emergência de Juiz de Fora na cardiologia que inclusive está sendo muito elogiado por todos da rede de urgência e emergência, um hospital de ensino como é a Maternidade Terezinha de Jesus, nós também temos residência de cardiologia lá e inclusive eu sou o coordenador da residência de cardiologia com duas vagas vinculadas ao MEC, com bolsa do MEC, com tudo do MEC, então não tem também de que nós não somos referência dessa área de ensino. Com relação ao que falta a Maternidade que seriam as quatro habilitações, nós temos cinco enquanto eles têm três o que realmente impossibilitam eles de virar o centro de referência e nós temos cinco habilitações, estamos pleiteando realmente talvez por via errada, talvez realmente passaram por cima do Conselho e que eu admito que foi um erro provavelmente da instituição, eu não sei de onde partiu e eu não posso assumir uma coisa que não fui eu que fiz, mas com certeza deve ter passado por cima do Conselho o que não é legal e a gente está hoje aqui para se retratar a respeito disso. Naquela reunião da CIRA eu também estava presente, foi retirado de pauta exatamente por isso para a gente ter a oportunidade de debater com os senhores aqui presentes antes da gente poder definir isso, além disso tudo cabe ressaltar que a gente abriu 300 consultas de especialidade lá dentro também no João Felício do Instituto Clínico, onde que também temos profissionais tocando pós-operatório de cirurgia cardíaca, pré e pós-operatório de angioplastia, pré e pós-operatório de implante de marcapasso, de eletrofisiologia, temos essa estrutura, talvez esteja iniciando um passo que a gente pretende crescer, então é um hospital que está em franca expansão e como todos sabemos para expandir é necessário realmente ter uma verba, e aí a gente enxergou que o Pro-Hosp seria uma oportunidade para isso. Por que o Pro-Hosp? E aí pulando do Centro de Cardiologia já para o Pro-Hosp porque eu acho que a gente juntou as pautas, o Pro-Hosp é um dinheiro do Estado onde que nós preenchemos absolutamente todos os critérios para ter direito ao Pro-Hosp, então não tem o porquê de não solicitarmos o Pro-Hosp se é uma coisa que nós temos direito, é uma coisa que a gente tem o direito de pedir, e além disso o Pro-Hosp tem que ser enxergado pela população que é o objetivo aqui como uma maneira da gente estruturar melhor um serviço, ter uma melhor maneira de aumentar o serviço, ter uma melhor tecnologia para o serviço, ter melhor estrutura para o serviço, então temos o direito e estamos pleiteando sim o Pro-Hosp para poder melhorar o atendimento ao público e a população de Juiz de Fora que é o nosso objetivo. Eu estou escutando falar do hospital de ensino realmente vale a pena tocar no assunto, o que falta com relação ao hospital de ensino é que nós temos a residência vinculada ao MEC mais não somos credenciados como hospital de ensino ainda do MEC, mas foi iniciado um processo e eu não sei se por desconhecimento também de vocês é importante falar, foi iniciado esse processo de credenciamento junto ao MEC como hospital de ensino por já ter a residência e por preencher outros critérios que a gente tem também em específico para isso, então realmente ainda não está habilitado como hospital de ensino vinculado ao MEC que seria o que travaria a gente hoje para habilitar esse centro de alta complexidade, assim como a Maternidade também tem uma trava nós temos essa trava, a vantagem é que a nossa trava já está em andamento junto ao MEC lá em Brasília, então é isso basicamente o que eu queria explanar para vocês é que a ideia nossa não é de maneira alguma prejudicar a população, a nossa ideia pelo contrário é expandir o serviço para poder melhorar o atendimento para a população, e tendo o direito disso cabe a gente como hospital correr atrás disso para poder melhorar o atendimento para vocês, então desculpa inicialmente por ter pulado o espaço do Conselho peço desculpa em nome da direção do hospital, espero que daqui para frente a gente faça e siga isso aí, obrigado. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu acho que já temos problemas demais vamos dizer assim, porque já tem coisa que já chegou lá em Brasília e não chegou a Juiz de Fora, é engraçado essas coisas, e isso a gente não pode deixar continuar mesmo. Por que caso contrário o que nós estamos fazendo aqui? O que o Prefeito está fazendo em Juiz de Fora? O que a Secretária está fazendo? O que nós estamos fazendo aqui até agora? Se nós temos uma meta a seguir nós temos que seguir essa meta, e Túlio é um prazer ter você aqui mais o que a gente tem de lá é muita reclamação e você me desculpe, então o que nós temos de lá é muita reclamação do hospital, de mau atendimento, de falta de higiene, e são denúncias que eu não quero nem levar para frente, e eu também não entendo que lá tenha estrutura para isso eu conheço o hospital, eu estive lá quando habilitaram os leitos que do qual não tinha nem urologista para fazer cirurgia para você ter ideia. **Com a palavra Túlio (Chefe da Cardiologia do Instituto Clínico de Juiz de Fora):** Mas a gente está tocando agora no assunto da cardiologia, o que eu sei das reclamações do hospital são vinculados ao serviço da neurologia que seria do AVC e isso realmente eu sei que tem muita reclamação, eu não sou o responsável por essa área e eu não posso responder por essa área, agora da parte da cardiologia eu não conheço uma reclamação e se tiver alguma reclamação eu deixo o meu telefone com quem for preciso, eu sou o responsável direto por isso e pode trazer a reclamação até mim que eu resolvo na mesa hora e o Vitor sabe muito bem disso, o Vitor é um parceiro nosso que ele sabe que a gente resolve e o que for preciso da parte da cardiologia eu estou aberto a qualquer coisa sem problema nenhum, agora realmente responder pela parte de limpeza, de urologia, de neurologia, realmente aí eu não posso nem citar nada porque não cabe a mim. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Como propositor eu quero encaminhar a esse plenário o seguinte, nós não somos contra a nenhum serviço, aliás, nós defendemos um Sistema Único e o Sistema Único passa pela universalidade, pela integralidade, mas que as coisas caminhem como tem que ser, o que eu não posso usar, atravessar, pular as pedras e esquecer que tem uma pedra pequena, nós não queremos ser mais ou menos, queremos apenas que se exerça o direito. Existe um processo caminhando junto ao Ministério e junto ao Estado com relação à Terezinha, eu não estou aqui fazendo defesa e nem acusando, e aí estranha que se eu

não estivesse na reunião da CIRA isso não viria ao Conselho, senhores conselheiros se eu não estivesse lá não haveria a supressão da pauta porque eu fui lá e questionei, quando eu fui a Secretária de Saúde ela falou "Jorge eu não estou sabendo", então Walconize a gente faz aqui uma crítica porque a gente tem o Oleg como a pessoa do movimento, um cidadão, um gestor que tem origem na defesa dos interesses coletivos, e aí o Estado de Minas Gerais recepciona e se esquece de que existe um Conselho Municipal de Saúde. Então eu já vou encaminhar senhores conselheiros, é que a gente recomende a Secretaria de Saúde que determine ao Estado de Minas Gerais em gestão plena ou daqui a pouco estaremos discutindo o contrato operativo, a suspensão da tramitação desses processos tanto do Pro-Hosp quanto do Centro de Referência em Cardiologia de Alta Complexidade, Túlio não passou por aqui, o fato do Pro-Hosp ser diferente ou não ser também não passou por aqui, eu estou aqui com a Drª Eunice que é gestora da Santa Casa, o Dr. Sérgio, a discussão do Pro-Hosp, o HU tem Pro-Hosp, então tudo isso é um processo de construção e ninguém está dizendo "O Estado não vai colocar dinheiro novo", o Estado não tem dinheiro então não adianta você chegar aqui e falar que vai melhorar para alguém ou para "A", não vai, vai ter que tirar da Santa Casa, vai ter que tirar da Terezinha, do HU e do HPS. Então Túlio com o devido respeito, o meu encaminhamento Regina para esse plenário é que a gente recomende a Secretaria porque nós também temos que saber que a competência legal cabe à gestora, cabe a esse Conselho deliberar favorável ou contrário, então nós estamos aqui agora recomendando a Secretaria que suspenda junto ao Estado a tramitação desses dois processos, e aí sim vamos abrir o diálogo, vamos abrir o debate, vamos chamar todos os envolvidos para a roda de conversa, agora o que não pode é fazer um bypass no processo, então esse é o meu encaminhamento recomendar a Secretaria que se suspenda a tramitação junto ao Estado da questão da habilitação do Centro de Referência em Cardiologia de Alta Complexidade e também do Pro-Hosp, eu acho que podia votar um pacote, eu estou me atendo ao objeto da pauta, para a gente tomar uma decisão de efeito coletivo a gente precisa trazer, até porque hoje o Vitor não veio aqui com referendo da Secretária para tratar de uma coisa mais ampla, a ASCOMCER é outra discussão. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Senhores conselheiros quem concordar com o encaminhamento do Jorge da recomendação a Secretária que se suspenda a discussão junto ao Estado da habilitação do João Felício e a questão do Pro-Hosp, favor levantarem o crachá. Contrários, 4 abstenções: aprovado. Habilitação Hospital-Dia na ASCOMCER, Jorge Gonçalves Ramos Secretário Executivo, Oleg, Elizabeth Jucá e Vitor. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Senhores mais uma vez nós não somos contra A, B, ou C, o que nós não concordamos é quando as discussões elas ultrapassam a esse Conselho, nós estamos ficando cansados, nós estamos sendo ridicularizados. O que fazemos aqui? Quem somos? Por que estamos aqui? Então a mesma coisa aconteceu quando na pauta da CIRA está lá habilitação da ASCOMCER como Hospital-Dia. O que é isso? O que é habilitar a ASCOMCER como Hospital-Dia? A ASCOMCER é um hospital geral. O que é isso? E aí eu fui até a Secretária e perguntei "Beth Jucá o que é isso?", ela disse "Eu também não sei" e talvez ela tivesse dito que não sabe em função do que a pauta trazia. Ou será que ela não sabia por que não sabia desse processo de habilitação da ASCOMCER? Então mais uma vez a gente também trouxe para que essa discussão venha ao plenário do Conselho, quer dizer o meu encaminhamento não pode ser diferente do procedimento que a gente adotou aqui na pauta anterior, mais abre a discussão porque foi isso o que eu percebi. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Sobre a ASCOMCER eu acho que é um pouco diferente mais não sei se no final acaba sendo igual, porque a gente recuperou e existe uma solicitação de junho de 2014 da ASCOMCER para o Hospital-Dia, segundo informação da Sandra que era a época a Chefe do Departamento ela falou que parece que esse processo ficou lá segundo ela entre aspas perdido na Secretaria de Estado, ou seja, ficou lá e não foi para frente, então eu não sei se a época ele tramitou por aqui, o que eu sei só especificando que isso aí é um pouco diferente porque como o processo começou em 2014 pode ser que a época ele tenha passado aqui coisa que não aconteceu no anterior, era o Zé Laerte e tem documento assinado pelo Zé Laerte aqui. **Com a palavra Drª Eunice Caldas (Gerente Serviço da Santa Casa de Misericórdia):** Eu acho que a situação é semelhante ao do outro se não tiver acontecido de fato à tramitação, a diferença que é um credenciamento que eu acho que tem que tramitar normal, mas que para a ASCOMCER faz uma grande diferença porque para os tipos de procedimentos que ela faz lá necessita ter esse procedimento de Hospital-Dia, são procedimentos que você faz com o paciente que entra, passa o dia, toma a medicação e vai embora, e se ele não tiver o credenciamento ele não recebe por isso, aí começa a internar paciente ficar lá 48 horas para justificar a AIH e isso é um prejuízo para o Município, é só fazer a tramitação ok e eu não vejo que tenha nada de errado. No outro caso não, porque é um caso que tem questões específicas para habilitação e aí já passa por vários hospitais. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Como o Jorge falou a Secretária estava lá na CIRA e ele a questionou e ela não sabia, realmente a questão aqui ela passou pelo Dr. Zé Laerte e eu não sei se chegou a vir aqui também. **Com a palavra Walconize (SRS):** Boa noite. A questão do Hospital-Dia para ASCOMCER ele é realmente um processo mais antigo de 2014 para 2015, ele teve algumas pendências principalmente o alvará sanitário, então na verdade estava paralisado em Belo Horizonte por falta vamos chamar de documentação, então a nossa referência técnica reconheceu todos os documentos e colocou para que fosse tramitado, já que realmente a ASCOMCER tem essa questão das pessoas que vão fazer os seus tratamentos e precisam desse vamos chamar de amparo para esses procedimentos, e para evitar que essas pessoas às vezes vão parar numa UPA por algum outro problema, então ele só chegou até esse ponto agora e era da gestão passada, então ele só chegou a esse ponto por falta de documentos e eu acredito que agora já esteja tudo correto. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Realmente constam alguns documentos aqui da Vigilância Sanitária, e aí eu não sei se eu corrijo o fluxo ou então eu não sei se consulta se isso passou aqui ou se não passou, mas mesmo que tenha passado eu creio que deva ser referendado novamente. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu já consultei aqui porque as deliberações do Conselho nesse aspecto elas são transformadas em resolução, eu já peguei a pasta aqui e

durante o ano de 2014 nós não tivemos nenhuma resolução que deliberou sobre isso, então é mais uma questão, é diferente realmente da questão do João Felício porque você tem a situação como nós temos o Hospital Universitário, o CAS é o Hospital-Dia você chaga lá as 07h00min da manhã e vai embora as 17h00min, ok se isso ajuda a instituição, mas queremos discutir a ASCOMCER no seu momento atual também porque ela passa ser um Hospital-Dia mais não perde a condição de hospital geral, esse somatório eu acredito que tem uma linha de financiamento deve receber, depois desses anos todos a gente acaba sabendo que nada nós sabemos. Eu quero saber o que muda na assistência com relação à ASCOMCER passar para o Hospital-Dia? Então também já vou dizer o seguinte isso eu não quero que entre em votação porque se for entrar em votação eu vou pedir diligência aqui agora e vou parar a discussão. **Com a palavra Drª Eunice Caldas (Gerente Serviço da Santa Casa de Misericórdia):** Ela não muda para Hospital-Dia, o Hospital-Dia é um credenciamento a mais dentro do hospital como um todo que possibilita você fazer procedimentos dia que o paciente não precisa ficar mais do que 24 horas, então é só uma autorização digamos assim especial. E por que ela tem que tramitar? Porque ela depende da Vigilância Sanitária que olha especificamente o local, então é só mais uma autorização dentro do hospital é uma habilitação específica, e não uma mudança de classificação do hospital como um todo. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Quando eu me expressei, porque a ASCOMCER não vai mudar para um hospital a grosso modo que vai abrir as 07h00min e fechar as 17h00min, não é isso, eu estou entendendo. Quais os procedimentos que serão feitos no Hospital-Dia? Não vamos discutir isso aqui agora, então nós queremos saber, porque o Vitor agora ele guardou dentro da pasta aqui um documento datado de 2014, isso segundo ele que falou que isso estava no Estado. Era no Estado ou na Secretaria de Saúde? 2014 no Estado, 15, 16, 17. **Com a palavra Vitor Monteiro (Subsecretário de Regulação):** Eu peço até desculpas porque a fala foi da Sandra por isso eu coloquei entre aspas o processo está perdido, na verdade havia uma falta de documentação segundo explicado pela Walconize e que talvez não tenha chegado a Secretaria por troca e ficou parado, como a ASCOMCER se manifestou novamente parece em 2015 e aí foram ressuscitar esse processo lá em Belo Horizonte, a Vigilância Sanitária já se manifestou positivamente e aí foi realmente uma falta do fluxo de ao invés de passar pelo Conselho passar direto lá pela CIRA, creio eu que tenha sido isso. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu entendi Vitor, eu acho que eu entendi também o que a senhora falou, mas acontece o seguinte eu acho até Jorge que a gente deveria tirar um ponto de pauta para discutir as questões da ASCOMCER porque isso aqui é um caso, mas nós temos algumas denúncias de pessoas que vão para lá e ficam lá esperando o dia inteiro sem comer para poder fazer radioterapia, então eu acho que está na hora da gente também discutir as questões da ASCOMCER porque chega ser até um pouco desumano com as pessoas que ficam lá, eu entendo realmente que às vezes você vai fazer um procedimento pequeno e aí tem que emitir uma AIH e a pessoa pode fazer o procedimento e ir embora, eu entendi o que a senhora falou, mas eu acho que a gente tem que trazer para discutir como um todo os problemas da ASCOMCER. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Eu não discordo do seu encaminhamento, mas nós temos uma situação que diferentemente daqueles dois pontos anteriores, nós temos que tratar a ASCOMCER diferente então são dois momentos, eu não queria Regina era misturar numa mesma pauta os problemas que nós temos e é realmente essa questão da radioterapia, da quimioterapia, que tem repercutido negativamente, mas uma coisa é habilitar o Hospital ASCOMCER como Hospital-Dia é isso que eu gostaria que a gente já garantisse uma pauta, e aí Vitor nós precisamos do compromisso da Secretaria, do prestador, para encaminhar para nós porque vamos abrir o debate e chamar a Comissão de Vigilância, a Mesa, a Secretaria, a Ouvidoria, abrir essa discussão preliminar e chamar o prestador diferentemente dos dois pontos anteriores que está suspenso, a nossa decisão é recomendar a suspenção, então Regina era isso que eu queria encaminhar e já propor como você está encaminhando a questão da pauta assistencial a ASCOMCER no seu dia a dia, a ASCOMCER como Hospital-Dia é uma coisa e a ASCOMCER no seu dia a dia é outra. O que a gente está querendo? Nós temos prazo, nós não temos como chamar uma extraordinária do Conselho para poder decidir essa questão da habilitação, então nós estamos querendo assumir com um compromisso e talvez fique um pouco pesado para vocês, mas no mês de março nós vamos discutir na quarta-feira discutiríamos a questão específica da habilitação do ASCOMCER como Hospital-Dia, e na quinta-feira até fazendo um prolongamento mais sendo o assunto à questão assistencial do dia a dia da ASCOMCER que fala da quimioterapia, fala da radioterapia, fala das condições de ambiente, da hotelaria, de uma série de coisas, seria esse o encaminhamento. Pode ser? **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Daniele você anotou aí? Dá para ser assim? Para vocês trazerem para nós no dia que a gente vai discutir dia 22 e 23, aí vocês trazem para nós o que vocês vão oferecer no Hospital-Dia e aí vocês podem fazer por data show do jeito que vocês acharem melhor, e na quinta-feira nós vamos discutir os problemas que nós temos relacionados à ASCOMCER, então quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Senhores um pouco mais de paciência porque Regina eu não sei como que nós vamos resolver isso aqui, Vitor é muito difícil e você hoje está aqui na condição de Subsecretário mais representa a Secretaria, a saúde bucal encaminhou aqui para esse Conselho que a gente se manifeste com relação à resolução 2940 da Secretaria de Estado da Saúde e ela é de dezembro de 2011, é sobre o Centro de Espacialidade Odontológica e é semelhante ao Centro de Especialidade de Atenção o CEAE, nós não fizemos nenhuma discussão com relação à aplicação do recurso do Centro de Especialidade Odontológica, a única coisa que nós discutimos foi em 2013 pela resolução 380 de 2013 de 27 de fevereiro coincidentemente, aí a saúde bucal precisa que o Conselho se manifeste com base na resolução cópia da ata do Conselho Municipal de Saúde aprovando o pedido de recebimento de recurso mensal e estadual, nós não fizemos isso, e aí nós temos que agora fazer uma validação aqui de uma execução financeira que não existiu. Estão prestando atenção no que eu estou falando aqui? Nós temos aqui que validar um demonstrativo financeiro de uma execução prevista que não existiu, e ela nunca foi discutida com esse plenário, não tem como, eu não sei se

tem prazo ou se não tem, e o que me deixa mais preocupado ainda é que se você tem saldo bancário e você não executa a política assistencial, aí você vem aqui e coloca "Juiz de Fora, fundo municipal de saúde, consolidação movimento de janeiro, fevereiro, março, abril", não tem jeito, não tem como a gente fazer qualquer tipo de manifestação nesse momento, não tem jeito, e aí eu estou preocupado porque quando eu fui no relatório quadrimestral Santana eu não consegui visualizar isso, 2016 está aqui o primeiro quadrimestre Santana, o relatório detalhado que eu mandei para vocês primeiro quadrimestre de 2016, mas quando você vai lá e vai foliando você não consegue visualizar aplicação desse recurso ele não te dá essa informação, então o relatório quadrimestral detalhado não está detalhado, e aí Regina eu estou preocupado porque tem aí R$ 40.000 que não foi movimentado no Centro de Especialidade Odontológica, e sabemos que o Centro de Especialidade Odontológica Sul passou pela mão da Terezinha de Jesus, da Suprema, está com o Município e algumas coisas precisam ser feitas então eu estou aqui trazendo para registrar em ata que a gente acusa o recebimento, mas precisamos discutir isso aqui melhor, e não estou nem pedindo para deliberar. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** O que o Jorge está colocando aqui a gente nem vai colocar em votação, ele só está acusando que recebeu mais não houve discussão, e aí a gente vai ter mesmo que saber o oque está acontecendo. Acabou por hoje, e eu convido vocês para estarem aqui amanhã às 18h30min se Deus quiser, e lembrando que amanhã nós temos um ponto de pauta que é do interesse de nós enquanto Presidentes de Conselhos Locais porque nós vamos discutir a questão da participação do trabalhador da saúde nos Conselhos, então até amanhã boa noite a todos e muito obrigada. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**